EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 034/2024

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024

O MUNICÍPIO DE REDUTO/MG, com sede administrativa no endereço à Av. Fernando M. Lopes, 12, CEP: 36.920-000, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 01.614.977/0001-61, isento de inscrição estadual, através de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a abertura do Processo Licitatório em epígrafe, adotando-se como:

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, Leis Complementares nº 123/2006 e 147/2014, Decreto Municipal nº 1.218/2024 e demais condições fixadas neste instrumento;

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço;

MODO DE DISPUTA: Aberto;

PROCEDIMENTO AUXILIAR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: Sim;

FASE DE HABILITAÇÃO ANTECEDE AS FASES DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES E DE JULGAMENTO: Não;

A realização da sessão pública eletrônica ocorrerá da seguinte forma:

DATA DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: 07/11/2024;

HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: 09h00min;

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA ELETRÔNICA: www.licitardigital.com.br;

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília.

Observações:

O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão promotor da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

1- OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material, escolar, pedagógico e de expediente em geral, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores vinculados a Prefeitura Municipal de Reduto/MG.**

2- DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Com fulcro no inciso I do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, considerando que os itens se encontram estimados com valores abaixo de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), poderão participar desta licitação os Microempreendedores Individuais - MEI, as Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, do ramo pertinente ao objeto licitado que atendam todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório e se encontrem devidamente cadastradas na plataforma eletrônica **LICITAR DIGITAL**.

2.1.1. O cadastro na plataforma eletrônica poderá ser realizado através do endereço www.licitardigital.com.br.

2.2. Não poderão participar da licitação:

I - autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

III - pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

IV - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

V - empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

VI - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

VII – Pessoas Jurídicas reunidas em consórcio**.**

2.2.1. O impedimento de que trata o inciso III será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.2.2. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os incisos I e II poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.2.3. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3- DOS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

3.1. A obtenção dos benefícios aplicáveis às Microempresas - ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, previstos nos Arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123/06,está condicionada àquelas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte – EPP.

3.1.1. Nas contratações com prazo de vigência superior a 01 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para aplicação dos limites previstos.
3.1.2. Caso o licitante não esteja enquadrado como Microempresa-ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, perderá os benefícios obtidos e poderá sofrer as sanções previstas neste instrumento convocatório e na legislação vigente.

3.2. Conforme Art. 18-E § 3° da Lei Complementar nº 123/06, o Microempreendedor Individual-MEI é uma modalidade de Microempresa - ME.

3.3. Com fulcro no §3º do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, será estabelecida a prioridade de contratação para as Microempresas -ME ou Empresas de Pequeno Porte – EPP, sediadas na Microrregião de Manhuaçu/MG, conforme estabelecido pelo IBGE.
3.3.1. A prioridade de contratação será concedida até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido obtido ao final da fase de lances.
3.3.2. Após a fase de lances o sistema classificará automaticamente como vencedora a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que estiver sediada na Microrregião de Manhuaçu/MG e possua o menor valor final dentro da margem de 10% (dez por cento) citada no item 3.3.1.
3.3.3. Estes são os Municípios que compõem a Microrregião de Manhuaçu, conforme IBGE: Abre-Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Durandé, Lajinha, Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Pedra Bonita, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento e Simonésia.

4- DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.
4.1.1. Após o julgamento o licitante vencedor será convocado pela Pregoeira para apresentar seus documentos de habilitação.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:
I- Não incorre nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
II- Que atende os requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21;
III- Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
IV- Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados;
V- Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da entrega da proposta, conforme art. 63 § 1º da Lei Federal nº 14.133/21;
VI- Que está ciente do edital e concorda com as condições locais para cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;

VII- Para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei nº 14.133/21, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
VIII- Para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar n°123/06, cujos termos declaro conhecer na integra, estando apto portando, a exercer o direito de preferência.
4.3.1. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital, bem como àquelas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021.
4.3.2. Ao firmar a declaração constante no item VIII, o licitante declara simultaneamente que ainda não celebrou contratos nas condições estabelecidas no item 3.1 independentemente de transcrição.
4.4. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública.

4.5. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.6. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.7. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4.8. No momento da apresentação da proposta será exigida a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, no valor correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado para contratação, referente aos respectivos itens cotados pelo proponente.
4.8.1. A garantia de proposta poderá ser prestada nas seguintes modalidades:
I - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
II - Seguro-Garantia;
III - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
4.8.2. A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.
4.8.3. Implicará em execução do valor integral da garantia da proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação, sem prejuízo as demais sanções cabíveis.
4.8.4. Se o licitante deixar de apresentar a garantia, configuara-se-á a ausência de requisito de participação, sua proposta será desclassificada e o licitante não poderá participar do certame.

4.8.5. A exigência estabelecida neste tópico encontra respaldo legal no Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/2021 e visa garantir o cumprimento dos compromissos assumidos pelos licitantes durante a apresentação de suas propostas no certame.
4.8.6. Caso o licitante opte pela realização de caução em dinheiro a quantia deverá ser depositada na Conta Corrente em nome da Prefeitura Municipal de Reduto/MG a ser informada pelo Setor de Finanças.
4.8.7. A apresentação da garantia deverá ser postada na plataforma eletrônica no momento de apresentação da proposta comercial, **devendo estar oculta as informações que identifiquem o licitante.**

5- DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA
5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
I- VALOR UNITÁRIO;
II- VALOR TOTAL;
III- MARCA, QUANDO CABÍVEL;
IV- DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, CONTENDO AS INFORMAÇÕES SIMILARES À ESPECIFICAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA: INDICANDO, NO QUE FOR APLICÁVEL: MODELO, PRAZO DE GARANTIA ETC.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no Termo de Referência.
5.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
5.8.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos.
5.8.2. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso

IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6- DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
6.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio chat para troca de mensagens entre aPregoeirae os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário.**
6.6.1. O intervalo mínimo de lances corresponde a **R$ 0,01 (um centavo).**

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último **por ele** ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. O licitante poderá solicitar a exclusão do lance no momento da disputa, na hipótese de lances apresentados de forma inconsistente ou inexequível, cabendo a Pregoeira autorizar a exclusão ou indeferir a solicitação.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. O presente certame utilizará o modo de disputa **"aberto"**, onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 02 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), aPregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição **dasdemais colocações**.
6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para aPregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).
6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:
I- Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
II- Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
III- Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
IV- Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
I- Empresas estabelecidas no território do Estado de Minas Gerais;
II- Empresas brasileiras;
III- Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
IV- Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o licitante vencedor.
6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
6.19.4. A PROPOSTA FINAL do licitante declarado vencedor será atualizada automaticamente pelo sistema de pregão eletrônico.
6.19.4.1. Quando houver mais de um item por lote, o sistema fará a divisão dos valores entre os itens de forma proporcional. Excepcionalmente, quando não for possível matematicamente a divisão dos valores de forma proporcional, deverá o fornecedor atualizar sua proposta no prazo máximo de 02 (duas) horas, ou, em outro prazo determinado pelo Pregoeiro.
6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findar o prazo

6.20. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7- DA FASE DE JULGAMENTO
7.1. Encerrada a etapa de negociação, aPregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no instrumento convocatório, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis) ; e
b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
71.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
7.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
7.2.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
7.2.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido aos Microempreendedores Individuais – MEI, Microempresas – ME ou Empresas de Pequeno Porte - EPP, a Pregoeira verificará se faz jus ao benefício.

7.4. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, aPregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
I- contiver vícios insanáveis;
II- não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
III- apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
IV- não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
V- apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.6. No caso de bens e serviços em geral, será considerado como indício de inexequibilidade as propostas de valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
7.6.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:
I- que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
II- inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.7. Em contratação de serviços de engenharia, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
7.7.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
7.7.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
7.7.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
7.7.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei, conforme disposto no § 5º do Art. 59.
7.7.4.1. Serão admitidas as garantias nas seguintes modalidades:
I- caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
II - seguro-garantia;
III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

7.8. Erros no preenchimento da proposta ou planilhas não constituem motivo para sua desclassificação. O documento poderá ser ajustado pelo fornecedor, no prazo indicado através do sistema**, desde que não haja majoração do preço.**

7.8.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.9. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
7.9.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.11. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

7.12. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8- DA FASE DE HABILITAÇÃO
8.1. O licitante vencedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema, os seguintes documentos para fins de habilitação:

8.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA
I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das

Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88**, podendo ser considera aquela firmada eletronicamente através da plataforma, vide item 4.3.**

8.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pela Pregoeira.

8.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no **máximo 90 (noventa) dias** da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

8.1.4. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral, desde que tenham sua vigência regular.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em seu formato original, por cópia ou por digitalização.

8.2.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.3. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/21).

8.4. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.6. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
8.6.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.7. Serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
8.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
I- complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
II- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.10. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, aPregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente instrumento convocatório.

8.11. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9- DOS RECURSOS
9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

I- a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
II- o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - Dar causa à inexecução total do contrato;
IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
I- Advertência;
II- Multa;
III- Impedimento de licitar e contratar e

IV- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

10.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstancias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I- A natureza e a gravidade da infração cometida.

II- As peculiaridades do caso concreto

III- As circunstâncias agravantes ou atenuantes

IV- Os danos que dela provierem para a Administração Pública

V- A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 10.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 10.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

10.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 10.2, será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 10.1 deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

10.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 10.3.

10.6. A sanção prevista no inciso III do item 10.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 10.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

10.7. A sanção prevista no inciso IV do item 10.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 10.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 10.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
10.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 10.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.

10.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão.

10.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

10.15. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo licitante em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.
10.15.1. Caso o licitante não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

10.16. Além das sanções previstas no item 10.2, o licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.
10.16.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;
II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá converte-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.
10.16.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

11 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (cinco) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através dos seguintes meios: www.licitardigital.com.br ou licitacao@reduto.mg.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelaPregoeira, nos autos do processo de licitação.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

12.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário oficial de Brasília - DF.

12.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
12.8. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

12.9. É facultada a Pregoeira ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

12.10. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.

12.11. Os licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.12. O licitante vencedor deverá assinar os contratos ou os instrumentos equivalentes no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.
12.12.1. O documento será encaminhado para o e-mail indicado pelo licitante vencedor em seu cadastro e não será aceita em nenhuma hipótese, a alegação de não visualização do e-mail encaminhado.

13- DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
13.1. Esta licitação compõe o Procedimento Auxiliar para adoção do Sistema de Registro de Preços.

13.2. A(s) Ata(s) de Registro(s) de Preço(s) decorrente(s) desta licitação implicará(ão) compromisso de execução das condições estabelecidas, mas não obrigará(ão) o Município a contratar com o adjudicatário.

13.3. É vedada a participação do órgão em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto, durante o seu respectivo período de vigência.

13.4. A(s) ata(s) de Registro de Preços decorrente (s) desta licitação não poderá(ão) ser utilizada por órgãos não participantes.

13.5. Os licitantes **não** poderão oferecer propostas em quantitativo inferior ao máximo previsto para cada item constante na relação descrita no Termo de Referência.

13.6. As condições para alteração e/ou atualização dos preços registradas são aquelas constantes no Anexo III, Minuta da Ata de Registro de Preços.

13.7. Poderá ser realizada a formação do cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de execução do objeto pelo licitante adjudicatário, desde que os licitantes aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor.
13.7.1. Será respeitada, na convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços e eventuais contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados.
13.7.2. O licitante que optar por participar do cadastro de reservas deverá encaminhar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados do encerramento da sessão, declaração de que aceita cotar o(s) item(ns) em valor(es) idêntico(s) ao do licitante vencedor para o e-mail licitacao@reduto.mg.gov.br .
13.7.3. Somente serão considerados os valores idênticos aos dos licitantes vencedores, qualquer item proposto com valores divergentes, superiores ou inferiores, serão desconsiderados.
13.7.4. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reservas somente será efetuada quando houver necessidade de convocação dos licitantes remanescentes, nos casos em que o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na respectiva ata.

13.8. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo Município, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I- por razão de interesse público;
II- a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III – se não houver êxito nas negociações de eventuais alterações dos preços registrados.

13.9. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado; ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
13.9.1. Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
13.9.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
13.9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

13.10. O prazo de vigência da(s) Ata(s) de Registro de Preços oriundas desta licitação será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade do preço.

13.11. Nas compras com entrega imediata e integral dos produtos que não resultem em obrigações futuras, o instrumento contratual poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra.

13.11.1. Nos casos de substituição do instrumento contratual, os outros instrumentos hábeis terão as mesmas condições e obrigações estabelecidas na minuta contratual, constante do Anexo II, independentemente de sua transcrição.

14- DOS ANEXOS

14.1. São partes integrantes deste instrumento:
ANEXO I - Termo de Referência;
Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;
ANEXO II – Minuta Contratual;
ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços;
ANEXO IV – Declaração para Cadastro de Reserva.

15- DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Manhuaçu/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Reduto/MG, 21 de outubro de 2024.

_____

Heraldo Leandro da Silva
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024
ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1- DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material, escolar, pedagógico e de expediente em geral, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores vinculados a Prefeitura Municipal de Reduto/MG.**

1.2. Segue planilha com as especificações detalhadas e quantitativos pretendidos para este procedimento:

ITEM	DESCRIÇÃO	COMPL. DE MEDIDA	QUANT.	VALOR MEDIO UNIT.	VALOR MEDIO TOTAL
1.	Alfinete cabeça plástica e aço níquel – cx com 50 unid	Caixas	10	R$ 13,41	R$ 134,12
2.	Almofada para carimbo nº 2	Unidades	20	R$ 12,37	R$ 247,44
3.	Apagador para quadro branco	Unidades	100	R$ 13,10	R$ 1.309,99
4.	Apontador de lápis lâmina em aço temperado, com depósito, cx com 24 unid	Caixas	50	R$ 34,15	R$ 1.707,66
5.	Balões nº 7 com 50 unid, cores variadas.	Pacotes	500	R$ 12,48	R$ 6.238,04
6.	Bambolê, 60 cm de diâmetro	Unidades	70	R$ 22,87	R$ 1.601,10
7.	Baralho tradicional: Descrição: Caixinha contendo 55 cartas	Unidades	10	R$ 15,60	R$ 155,95
8.	Barbante colorido nº6: barbante colorido 4/6,Espessura 4/6, metragem 610 metros, 600g. Coresvariadas.	Unidades	50	R$ 24,43	R$ 1.221,62
9.	Barbante em algodão 100% algodão nº 8 colorido	Unidades	30	R$ 30,15	R$ 904,52
10.	Barbante em algodão cru 100% algodão nº 8 branco	Unidades	15	R$ 14,56	R$ 218,33
11.	Bastão de cola quente transparente, 7,5mm X 30cm (fino)	Unidades	100	R$ 3,33	R$ 332,70
12.	Betume da Judéia: betume para envelhecimento, frasco de 100ml PRETO	Unidades	10	R$ 14,77	R$ 147,74
13.	Bloco de Notas auto adesivo Post it. Cores Variadas. Bloco com 400 folhas.	Blocos	70	R$ 36,39	R$ 2.547,20
14.	Bola de Isopor 150mm, macia branca	Unidades	20	R$ 8,84	R$ 176,74

15.	Bola de Isopor 50mm, macia branca	Unidades	20	R$ 2,79	R$ 55,73
16.	Bola de Isopor 75mm, macia branca	Unidades	15	R$ 2,43	R$ 36,49
17.	Bola de Isopor 100mm, macia branca	Unidades	25	R$ 5,35	R$ 133,86
18.	Borracha branca nº 60, cx com 60 unid	Caixas	50	R$ 17,31	R$ 865,53
19.	Borracha ponteira branca, caixa com 50 unid	Caixas	50	R$ 15,65	R$ 782,35
20.	Caderno 10 matérias espiral universitário possui capa dura, folhas pautadas e espiral formato: 200mmx 275mm peso: 0,5Kg. Dimensões: 30x 25x15cm	Unidades	20	R$ 22,87	R$ 457,46
21.	Caderno - Caderno Material: Celulose Vegetal, Material Capa: Papelão , Comprimento: 150 Mm, Tipo: Pedagógico, Caligrafia , Largura: 210 Mm, Apresentação: Brochura , Quantidade Folhas: 40 F	Unidades	1.600	R$ 10,40	R$ 16.634,76
22.	Caderno - Caderno, material: papel off-set 63g, m2, branco, material capa: papel cartão duplex 250 g,m2, quantidade folhas: 48 fl, comprimento: 200 mm, largura: 140 mm, características adicionais: desenho, espiral, arame galvanizado	Unidades	500	R$ 6,01	R$ 3.004,65
23.	Caderno universitário com espiral capa dura 96 folhas	Unidades	300	R$ 10,40	R$ 3.119,02
24.	Caixa Arquivo - Material: Plástico Corrugado, Dimensão (C X L X A): 36,0 X 13,5 X 25,0 Cm, Cor: Azul, Impressão: Padrão, Características Adicionais: Com Trava	Unidades	600	R$ 12,11	R$ 7.267,31
25.	Calculadora eletrônica, número de dígitos: 12un, tipo: mesa, aplicação: financeira.	Unidades	25	R$ 28,28	R$ 706,98
26.	Caneta esferográfica. escrita fina 0.8mm – cx com 50 unid - 07 azul	Caixas	50	R$ 78,24	R$ 3.911,77
27.	Caneta esferográfica. escrita fina 0.8mm – cx com 50 unid - 07 Preta	Caixas	50	R$ 78,24	R$ 3.911,77
28.	Caneta esferográfica. escrita fina 0.8mm – cx com 50 unid - 07 Vermelha	Caixas	40	R$ 78,24	R$ 3.129,42

29.	Caneta esferográfica cor, rosa, verde, alaranjado, cinza, diversas cores escritas média de 1mm, corpo em plástico rigido, ponta de esfera de tungstenio, formato do corpo hexagoa, transparente, com furo para suspiro, carga removivel, sem acionamento, tampa ventilada, tamanho total aproximado de 15cm.	Unidades	30	R$ 2,76	R$ 82,65
30.	Caneta para retroprojetor, ponta fina 2.0, cx com 12 unid – preta	Caixas	20	R$ 77,98	R$ 1.559,51
31.	Caneta para retroprojetor, ponta média 2.0, cx com 12 unid – azul	Caixas	20	R$ 53,54	R$ 1.070,86
32.	Caneta para retroprojetor, ponta média 2.0, cx com 12 unid – preta	Caixas	20	R$ 53,54	R$ 1.070,86
33.	Caneta para retroprojetor, ponta média 2.0, cx com 12 unid – vermelha	Caixas	20	R$ 53,54	R$ 1.070,86
34.	Canetinha hidrográfica com 12 cores, ponta flexível e resistente, ponta volta sempre ao formato original após pressionada. Efeito pincel ideal para Lettering. Faz traço fino ou grosso de acordo com a pressão usada. Corpo grosso. Tinta não seca mesmo com tampa aberta por até 3 meses.	Embalagens	400	R$ 13,52	R$ 5.406,30
35.	Cartolina colorida 65cmx50cm	Unidades	2.000	R$ 5,41	R$ 10.812,60
36.	Clipes nº 1/0 com 100 unid.	Caixas	35	R$ 6,77	R$ 236,89
37.	Clipes nº 10/0, cx com 120 unid	Caixas	30	R$ 19,65	R$ 589,49
38.	Clipes nº 2, cx com 100 unid.	Caixas	40	R$ 7,17	R$ 286,95
39.	Clipes nº 4/0, cx com 100 unid	Caixas	40	R$ 9,26	R$ 370,54
40.	Clipes nº 8/0, cx com 100 unid	Caixas	40	R$ 15,89	R$ 635,45
41.	Clipes nº 3/0, cx com 100 unid.	Caixas	20	R$ 5,65	R$ 112,91
42.	Clipes nº 6/0, cx com 100 unid	Caixas	10	R$ 14,24	R$ 142,44
43.	Cola - branca, liquida, base em PVA, não tóxica, lavável, uso escolar, embalagem plástica com bico economizador, peso líquido 90g	Unidades	45	R$ 4,78	R$ 215,21
44.	Cola bastão, embalagem 36g, plástico 100% reciclado, lavável, não tóxico.	Unidades	100	R$ 3,85	R$ 384,68
45.	Cola plástica branca. Frasco de 1Kg branca. Lavável, não tóxica com tampa giratória. Bico aplicador.	Unidades	40	R$ 21,32	R$ 852,95

46.	Cola branca, embalagem 40g, a base de água, lavável e não tóxica.	Unidades	650	R$ 2,70	R$ 1.757,05
47.	Cola dimensional relevo 3D cores sortidas, embalagem de 35ml.	Unidades	100	R$ 8,94	R$ 894,12
48.	Cola glitter c/ 12, nas cores, vermelho, verde, azul, dourado, prata, furta cor, tendo em sua composição: resina de pva, gliter e conservante tipo: benzotazol	Caixas	80	R$ 73,82	R$ 5.905,34
49.	Cola para EVA e isopor c/ 12 frasco 90g, com bico aplicador econômico	Unidades	1.000	R$ 6,76	R$ 6.757,87
50.	Cola quente fina. Refil de cola quente, 30cm de comprimento e 7,5 mm de espessura transparente.	Unidades	80	R$ 3,12	R$ 249,52
51.	Cola quente grossa. Refil de cola quente, 30 cm de comprimento e 11 mm de espessura transparente	Unidades	80	R$ 3,12	R$ 249,52
52.	Colchetes nº 08 embalagem com 72 unid	Caixas	30	R$ 13,10	R$ 393,00
53.	Colchetes nº 12 embalagem com 72 unid	Caixas	30	R$ 22,87	R$ 686,18
54.	Contact transparente, 45cmX25m	Rolos	40	R$ 122,68	R$ 4.907,26
55.	Corretivo líquido a base de água de secagem rápida atóxico. Embalagem com identificação do produto, frasco de 18 ml com certificado de segurança com certificado de segurança do Vctro, não tóxico. Caixa com 12 unidades	Caixas	10	R$ 47,31	R$ 473,05
56.	Diário de Classe Escolar Bimestral - Ensino Fundamental, Nível I	Unidades	300	R$ 38,47	R$ 11.540,37
57.	Elástico amarelo pacote 500g com 600 unid	Pacotes	20	R$ 29,42	R$ 588,45
58.	Envelope Kraft 250x350 ofício	Unidades	1.000	R$ 0,95	R$ 946,10
59.	Envelope para convite	Unidades	200	R$ 0,43	R$ 85,25
60.	Envelope pardo A3	Unidades	500	R$ 1,61	R$ 805,75
61.	Envelope pardo A4. Caixa com 250 unidades	Caixas	30	R$ 135,16	R$ 4.054,72
62.	Estilete Grande – Descrição: Estilete largo plástico profissional com trava. Estrutura reforçada e emborrachada. Lâmina de aço carbono 18mm com dupla afiação. Guia da lâmina em aço carbono.	Unidades	100	R$ 18,71	R$ 1.871,41
63.	Estilete pequeno 9mm	Unidades	50	R$ 37,45	R$ 1.872,45

64.	EVA. Papel Emborrachado - Material: Borracha Eva, Comprimento: 60 Cm, Cor: Variada, Largura: 40 Cm, Padrão: Liso	Folhas	900	R$ 6,76	R$ 6.082,09
65.	EVA com gliter. Papel Emborrachado - Material: Borracha Eva, Comprimento: 60 Cm, Cor: Variada, Espessura: 2 Mm, Largura: 40 Cm, Padrão: Glitterizado	Folhas	600	R$ 6,97	R$ 4.179,48
66.	EVA estampado. Papel Emborrachado - Papel Emborrachado, Material: Borracha Eva, Comprimento: 60 Cm, Largura: 40 Cm, Espessura: 2 Cm, Padrão: Estampado, Aplicação: Confecção De Painei	Folhas	200	R$ 9,91	R$ 1.981,62
67.	Extensão elétrica 5 metros- Extensão Elétrica Tipo: Pp Carretel , Comprimento: 5 M, Componentes: 3 Tomadas, 2P+T. , Seção Nominal: 2,50 Mm2, Número Pólos: 2 , Formação Do Cabo: Dupla Isolação, 20A, Bivolt V F . Mm2,	Unidades	15	R$ 38,47	R$ 577,02
68.	Extensão Elétrica 10 metros- Extensão Elétrica Componentes: 3 Tomadas Fêmeas E Plugue Terra , Comprimento: 10 M, Corrente Nominal: 10 A, Tipo: Flexível , Normas Técnicas: Nbr 14136 , Tensão Nominal: 250	Unidades	30	R$ 45,35	R$ 1.360,52
69.	Extrator para grampo - Extrator Grampo Material: Aço Galvanizado , Tipo: Espátula , Comprimento: 150 mm, Largura: 15 mm	Unidades	60	R$ 2,92	R$ 175,29
70.	Fita adesiva colorida em polipropileno com adesivo acrílico, 12mmX10m. Cores variadas.	Unidades	40	R$ 9,88	R$ 395,08
71.	Fita adesiva de polipropileno transparente 45mm x 45 m	Unidades	130	R$ 5,82	R$ 756,88
72.	Fita adesiva dupla face, com adesivo acrílico, 12mm X 30m	Unidades	100	R$ 11,12	R$ 1.112,45
73.	Fita Cetim. Largura: 4 Mm. Comprimento: 100 M. Cor: Diversas. Características Adicionais: 100% Poliamida. Dupla Face.	Unidades	25	R$ 27,03	R$ 675,79
74.	Fita crepe 18x50 com 6 unidades	Pacotes	50	R$ 35,35	R$ 1.767,44

75.	Fita Métrica Costura - Fita Métrica Costura Material: Poliéster E Fibra Vidro , Comprimento: 150 Cm. Cores vaiadas.	Unidades	10	R$ 20,79	R$ 207,93
76.	Fitilho - Fitilho, Cor: Variada, Material: Polipropileno, Tipo: Fino, Características Adicionais: Largura: 0,50 Cm. Comprimento 50 m.	Unidades	80	R$ 7,52	R$ 601,35
77.	Folha Isopor - Comprimento: 100 Cm, Largura: 50 Cm, Espessura: 3 Cm	Unidades	40	R$ 13,31	R$ 532,31
78.	Giz branco, caixa com 64 unid	Caixas	20	R$ 11,96	R$ 239,12
79.	Giz cera - Material: Cera Plástica Com Corante Atóxico, Cor: Variadas, Espessura: Fina, Tamanho: Grande	Unidades	30	R$ 8,63	R$ 258,88
80.	Gliter Em Pó Cores Variadas Embalagem 500 Gramas	Unidades	100	R$ 49,90	R$ 4.990,43
81.	Grampeador 26/6 médio	Unidades	40	R$ 44,71	R$ 1.788,24
82.	Grampeador de mesa 23/8	Unidades	10	R$ 84,86	R$ 848,58
83.	Grampeador - Grampeador, Material Aço, Tipo Tapeceiro, Tamanho Grampo 106/4 A 106/14	Unidades	10	R$ 140,08	R$ 1.400,75
84.	Grampo 23/8 cx com 5.000 galvanizados	Caixas	60	R$ 19,55	R$ 1.172,75
85.	Grampos 23/13, caixa com 5.000 unidades galvanizados	Caixas	2	R$ 28,59	R$ 57,18
86.	Grampo trilho caixa com 50 unidades	Caixas	20	R$ 18,61	R$ 372,20
87.	Isopor. Placas de isopor, espessura de 2cm. Medindo 2cm x 1m x 50cm; no formato retangular densidade p2; cor branca.	Unidades	10	R$ 11,18	R$ 111,76
88.	Lápis corpo em madeira, grafite nº: 02B, envernizado na cor preta no formato redondo, medindo no mínimo 170mm, nome do fabricante gravado no lápis, devendo ser entregue apontado. Caixa com 12 unidades.	Caixas	5	R$ 24,29	R$ 121,43
89.	Lápis corpo em madeira, grafite nº: 04B, envernizado na cor preta no formato redondo, medindo no mínimo 170mm, nome do fabricante gravado no lápis, devendo ser entregue apontado. Caixa com 12 unidades	Caixas	10	R$ 12,83	R$ 128,30

90.	Lápis de cor redondo, caixa c/ 12 cores. Composição: pigmentos, aglutinantes, carga inerte e ceras. Produto atóxico e não perecível, conforme EN 71. Selo de segurança do INMETRO	Caixas	200	R$ 17,67	R$ 3.534,89
91.	Lápis preto nº 2, cx com 144 unid	Caixas	15	R$ 57,18	R$ 857,73
92.	Lastex embalagem com 10m	Unidades	70	R$ 10,40	R$ 727,77
93.	Livro de ata (capa dura) com 100 folhas e termo de abertura e encerramento	Unidades	70	R$ 22,35	R$ 1.564,71
94.	Livro de ata com 50 folhas e termo de abertura e encerramento	Unidades	35	R$ 17,65	R$ 617,88
95.	Livro de ponto diário – Ensino Fundamental – Nível I, 2 assinaturas por folha, com 100 folhas.	Unidades	45	R$ 72,10	R$ 3.244,56
96.	Livro de protocolo com 100 folhas	Unidades	55	R$ 28,12	R$ 1.546,77
97.	Mapa Brasil político atualizado, tamanho mínino: 120 X 90cm	Unidades	10	R$ 35,35	R$ 353,49
98.	Mapa Mundi atualizado, tamanho mínino: 120 X 90cm	Unidades	10	R$ 43,67	R$ 436,66
99.	Marcador de texto, cores variadas	Caixas	20	R$ 31,19	R$ 623,80
100.	Massa de modelar c/ 12 cores sortidas, não tóxica, ceras, pigmentos e cores, dimensões aproximadas da embalagem: 16 x 11 x 1.5 cm, 180 g	caixas	100	R$ 13,46	R$ 1.346,38
101.	Palito para churrasco pacote com 100 unid	Pacotes	20	R$ 7,78	R$ 155,54
102.	Pano de prato liso branco	Unidades	300	R$ 7,28	R$ 2.183,31
103.	Papel A3. Tipo: Sulfite/ Apergaminhado/ Ofício, Tamanho (C X L): 420 X 297 Mm, Gramatura: 75 G/M2, Cor: Branco. Embalagem com 500 folhas.	Embalagens	4	R$ 98,77	R$ 395,08
104.	Papel Camurça - Papel Camurça Material: Celulose Vegetal. Gramatura: 60 G/M2. Comprimento: 60 Cm. Largura: 40 Cm. Cores variadas.	Pacotes	40	R$ 56,45	R$ 2.258,17
105.	Papel Carbono - Papel Carbono Material: Película Poliéster. Aplicação: Escrita Manual. Comprimento: 297 Mm, Cor: Preta. Tipo: Dupla Face. Largura: 210 Mm. Pacote com 100 folhas.	Pacotes	28	R$ 88,37	R$ 2.474,42

106.	Papel Cartão - Material: Celulose Vegetal, Gramatura: 240 G/M2, Comprimento: 70 Cm, Cor: Variada, Largura: 50 Cm. Pacote com 10 folhas.	Pacotes	25	R$ 20,27	R$ 506,84
107.	Papel cartão fosco. 50 x 70 cm. Cores variadas	Unidades	100	R$ 3,47	R$ 347,25
108.	Papel Color Set - Papel Color Set Formato: A4 , Cor: Variada , Comprimento: 29,7 Cm, Largura: 21 Cm, Gramatura: 120 G/M2, Características Adicionais: Colorido Nas Duas Faces	Folhas	1.600	R$ 1,56	R$ 2.495,21
109.	Papel crepom 48 cm x 2m - várias cores	Unidades	1.100	R$ 2,60	R$ 2.859,10
110.	Papel Seda - Papel Seda Material: Celulose Vegetal, Comprimento: 60 Cm, Largura: 48 Cm, Cor: Variada, Gramatura: 18 G/M	Folhas	750	R$ 0,75	R$ 561,42
111.	Papel Fantasia - Papel Fantasia Material: Celulose Vegetal , Gramatura: 75 G/M2, Comprimento: 65 Cm, Cor: Variada , Largura: 45 Cm.	Unidades	850	R$ 2,50	R$ 2.120,93
112.	Papel Fotográfico - Papel Fotográfico Gramatura: 180 G/M2, Comprimento: 297 Mm, Tipo: Glossy Brilhante , Largura: 210 Mm, Compatibilidade: Impressora Jato De Tinta / Laser. Caixa com 50 folhas.	Caixas	170	R$ 88,37	R$ 15.023,27
113.	Papel Laminado - Papel Laminado Comprimento: 60 Cm, Cor: Variada , Largura: 50 Cm.	Unidades	110	R$ 2,28	R$ 250,46
114.	Papel Ofício A4 cx c 5.000 folhas - 210 mm x 297 mm 75 gm2	Caixas	230	R$ 343,09	R$ 78.910,07
115.	Papel Pardo - Papel Pardo Material: Celulose Vegetal , Comprimento: 100 Cm, Cor: Parda , Tipo Papel: Semi-Kraft , Largura: 120 Cm	Bobinas	10	R$ 161,41	R$ 1.614,09
116.	Papel pardo para embrulho - Papel Embrulho Gramatura: 90 G/M2, Aplicação: Embalagem , Comprimento: 96 Cm, Cor: Parda , Tipo Papel: Kraft , Largura: 66 Cm, Apresentação: Folha	Folhas	50	R$ 1,82	R$ 90,97
117.	Papel sulfite colorido. Papel Para Impressão Formatado - Papel Para	Embalagens	120	R$ 15,28	R$ 1.833,98

	Impressão Formatado Gramatura: 75 G/M2, Tamanho (C X L): 297 X 210 Mm, Cor: Colorido , Tipo: Sulfite/Apergaminhado/Ofício. Embalagem com 100 folhas.				
118.	Papel Vergê A4- Papel Vergê Material: Celulose Vegetal , Gramatura: 180 G/M2, Comprimento: 297 Mm, Cor: Madrepérola , Largura: 210 Mm, Formato: A4. Pacote com 50 folhas.	Pacotes	150	R$ 34,83	R$ 5.224,36
119.	Papel Embrulho - Papel Embrulho Gramatura: 80 G/M2, Modelo: Liso, Aplicação: Embalagem, Cor: Natural , Tipo Papel: Kraft, Largura: 60 Cm, Apresentação: Bobina, Peso: 11 K. Bobina 150 metros.	Bobinas	1	R$ 165,31	R$ 165,31
120.	Pasta Arquivo - Pasta Arquivo Material: Papel Cartão Duplex, Largura: 255 Mm, Altura: 350 Mm, Lombada: 75 M	Unidades	500	R$ 10,60	R$ 5.302,33
121.	Pasta cartão duplex. Cartolina plastificada, com grampo plástico, formato: 350mm X 230mm.	Unidades	700	R$ 14,24	R$ 9.970,46
122.	Pasta catalogo - Material: Plástico, Altura: 330 Mm, Cor: Preta, Tipo: Catálogo, Largura: 240 Mm, Características Adicionais: 4 Furos E 50 Envelopes Plásticos	Unidades	50	R$ 21,45	R$ 1.072,42
123.	Pasta classificador cartão duplo- Pasta Arquivo Material: Cartão Duplo , Tipo: Classificadora , Largura: 230 Mm, Altura: 325 Mm, Cor: Variada , Gramatura: 480 G/M2, Características Adicionais 2: Com Prendedor De Plástico.	Unidades	350	R$ 7,51	R$ 2.627,25
124.	Pasta com abas em polipropileno e elástico, tamaho ofício, formato: 232mmX332mm	Unidades	100	R$ 8,20	R$ 820,30
125.	Pasta suspensa - Pasta Arquivo Material: Papel Kraft , Gramatura: 300 G/M2, Altura: 360 Mm, Cor: Palha , Tipo: Suspensa , Largura: 240 Mm, Características Adicionais: Com Mola E Visor.	Caixas	30	R$ 164,79	R$ 4.943,64
126.	Pasta preta com elástico/ papel reciclável e de grande durabilidade. Material polipropileno reciclável dimensão 350 x 235 mm.	Unidades	50	R$ 4,44	R$ 221,97

127.	Pasta sanfonada, A4 12 div Cristal, tamanho: 240x330mm, dimensão: 330mmx240mm.	Unidades	35	R$ 36,19	R$ 1.266,69
128.	Pen drive, conexão USB 2.0, 32 GB, sistema operacional: Windows e Linux, dimensões aproximadas do produto (cm): - AxLxP 4x1,6x0,4cm	Unidades	60	R$ 51,98	R$ 3.119,02
129.	Percevejo - Percevejo Material: Metal , Tamanho: 10 Mm, Tratamento Superficial: Latonado. Caixa com 100 unidades.	Caixas	20	R$ 5,28	R$ 105,63
130.	Perfurador Papel - Perfurador Papel Material: Metal , Quantidade Furos: 2 Un, Tipo: Mesa , Funcionamento: Manual , Características Adicionais: Com Marginador E Aparador , Capacidade Perfuração: 30 F	Unidades	15	R$ 36,39	R$ 545,83
131.	Peteca - Peteca Material Base: Borracha Sintética , Tipo Pena: Natural, Cor Pena: Branca , Tipo: Oficial , Tamanho: Único, Características Adicionais: Com Amortecedor	Unidades	25	R$ 25,99	R$ 649,80
132.	Pilha alcalina, palito, tamanho AA	Unidades	100	R$ 4,68	R$ 467,85
133.	Pilha alcalina, palito, tamanho AAA	Unidades	200	R$ 4,67	R$ 933,63
134.	Pilha - Modelo: D, Tamanho: Grande, Características Adicionais: Não Recarregável, Tensão Nominal: 1,5 V, Sistema Eletroquímico: Alcalina	Unidades	40	R$ 12,01	R$ 480,33
135.	Pincel atômico cor azul, com tinta a base de álcool, recarregável, ponta chanfrada com aproximadamente 4mm, largura da escrita 6,0 mm aproximadamente. Caixa com 12 unidades.	Caixas	20	R$ 54,06	R$ 1.081,26
136.	Pincel atômico cor Preto, com tinta a base de álcool, recarregável, ponta chanfrada com aproximadamente 4mm, largura da escrita 6,0 mm aproximadamente. Caixa com 12 unidades	Caixas	4	R$ 54,06	R$ 216,25
137.	Pincel atômico cor vermelho, com tinta a base de álcool, recarregável, ponta chanfrada com aproximadamente 4mm, largura da escrita 6,0 mm aproximadamente.	Caixas	4	R$ 54,06	R$ 216,25

	Caixa com 12 unidades				
138.	Pincel Atomico,Na Cor Azul,Ponta De Feltro Redonda, Descartavel - Pincel Atomico, Na Cor Azul, Com Ponta De Feltro Redonda, Do Tipo Descartavel.	Unidades	300	R$ 5,46	R$ 1.637,48
139.	Pincel Atomico,Na Cor Azul,Ponta De Feltro Redonda, Descartavel - Pincel Atomico, Na Cor Preta, Com Ponta De Feltro Redonda, Do Tipo Descartavel.	Unidades	300	R$ 5,46	R$ 1.637,48
140.	Pincel Atomico,Na Cor Azul,Ponta De Feltro Redonda, Descartavel - Pincel Atomico, Na Cor Vermelha, Com Ponta De Feltro Redonda, Do Tipo Descartavel.	Unidades	300	R$ 5,46	R$ 1.637,48
141.	Pincel chato nº 06, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	50	R$ 4,68	R$ 233,93
142.	Pincel chato nº 08, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	50	R$ 4,02	R$ 201,18
143.	Pincel chato nº 12, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	50	R$ 5,20	R$ 259,92
144.	Pincel chato nº 14, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	15	R$ 5,00	R$ 75,01
145.	Pincel chato nº 16, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	15	R$ 6,54	R$ 98,09
146.	Pincel chato nº 18, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	15	R$ 7,69	R$ 115,40
147.	Pistola elétrica de cola quente, bivolt, corpo injetado em plástico, ponta metálica, para bastão de cola quente 7,5mm X 30cm	Unidades	50	R$ 29,11	R$ 1.455,54
148.	Plástico - Bobina Plástica. Material: Plástico, Diâmetro Flange: 355 MM, Diâmetro Cilindro: 224 MM, Diâmetro Furo Centro: 36 MM, Peso Aproximado: 2,200 KG, Espessura Núcleo: Não Aplicável MM, Raio Centro Furo Arraste: Não Aplicável MM, Diâmetro Tambor: Não Aplicável MM, Diâmetro Furo Bucha: Não Aplicável MM, Largura Interna: 160 MM, Largura Externa:	Unidades	5	R$ 48,86	R$ 244,32

	200 M				
149.	Prancheta Portátil - Material: Poliestireno, Comprimento: 340 Mm, Largura: 240 Mm, Espessura: 3 Mm, Cor: Azul, Características Adicionais: Prendedor Plástico, Bordas Arredondadas E Laterais	Unidades	40	R$ 29,11	R$ 1.164,43
150.	Régua Comum - Material: Plástico Cristal, Comprimento: 30 Cm, Graduação: Milimetrada, Tipo Material: Rígido, Cor: Transparente	Unidades	70	R$ 3,38	R$ 236,53
151.	Saco de papel branco para lanche, ideal para pipoca. Material higienizado, próprio para receber alimento. Tamanho 10x11. Pacote com 500 unidades.	Pacotes	20	R$ 40,84	R$ 816,77
152.	Sacola - Material: Papel Kraft, Gramatura: 110 G/M2, Altura: 30 Cm, Tipo Alça: Torcida, Aplicação: Acondicionamento De Livros, Largura: 18 Cm, Características Adicionais: Impressão Policromática.	Unidades	200	R$ 4,16	R$ 831,74
153.	Suporte para fita de transparente - 12 mm x 50 m	Unidades	50	R$ 24,10	R$ 1.204,98
154.	Tesoura de picotar cabo anatômico e emborrachado 9” ½ inox	Unidades	55	R$ 66,65	R$ 3.665,94
155.	Tesoura - Tesoura Material: Aço Inoxidável, Comprimento: 15 Cm, Características Adicionais: Tipo Escolar Com Ponta Arredondada	Unidades	150	R$ 13,52	R$ 2.027,36
156.	Tesoura profissional 10 polegadas, com cabo polipropileno, lâmina em aço inox, com ponta	Unidades	50	R$ 75,38	R$ 3.768,81
157.	Tinta guache - Aplicação: Pintura A Pincel Em Papel/Cartão E Cartolina, Cor: Diversas, Características Adicionais: Caixa C/ 6 Frascos De 30 Ml Cada, Composição: Resina Vinícula/Água/Pigmento/Cargas E Conservante.	Caixas	40	R$ 14,04	R$ 561,42
158.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – VERMELHO	Frascos	50	R$ 10,71	R$ 535,43

159.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – VERDE	Frascos	50	R$ 11,44	R$ 571,82
160.	Tinta guache, frasco com 250 ml,não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – MARROM	Frascos	50	R$ 10,14	R$ 506,84
161.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – PRETO	Frascos	50	R$ 11,44	R$ 571,82
162.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – BRANCO	Frascos	50	R$ 11,44	R$ 571,82
163.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – ROSA	Frascos	50	R$ 11,39	R$ 569,74
164.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – AZUL	Frascos	50	R$ 11,44	R$ 571,82
165.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – LARANJA	Frascos	50	R$ 11,01	R$ 550,51
166.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – AMARELO	Frascos	50	R$ 11,44	R$ 571,82
167.	Tinta Para Carimbo - Tinta Para Carimbo Cor: Preta, Componentes: Água, Pigmentos, Aspecto Físico: Líquido, Aplicação: Almofada , Capacidade Frasco: 40 Ml.	Frascos	20	R$ 16,95	R$ 338,93
168.	Tinta para pincel de quadro branco, tinta para Marcador Quadro Branco, cor azul. Composição: Poliestireno, Álcool, Aditivos, Pigmentos.	Unidades	30	R$ 15,60	R$ 467,85
169.	Tinta para pincel de quadro branco, tinta para Marcador Quadro Branco, cor preto. Composição: Poliestireno, Álcool, Aditivos, Pigmentos.	Unidades	30	R$ 15,08	R$ 452,26

170.	Tinta para pincel de quadro branco, tinta para Marcador Quadro Branco, cor vermelho. Composição: Poliestireno, Álcool, Aditivos, Pigmentos.	Unidades	30	R$ 13,00	R$ 389,88
171.	Tinta para tecido, não tóxica, frasco com 250 ml - cores variadas	Unidades	80	R$ 27,07	R$ 2.165,85
172.	Tinta PVA. Ideal para trabalhos artesanais sobre madeira, gesso, MDF, cerâmica, cortina, isopor, papel, palha, e PET. A base de Látex P.V.A. Acabamento fosco. 37 ml. Cores variadas	Frascos	10	R$ 15,08	R$ 150,75
173.	Tnt - Tnt Gramatura: 40 G/M2, Largura: 1,40. Rolo com 50 m - cores sortidas	Rolos	40	R$ 197,54	R$ 7.901,51
174.	Umidificador- Molha-Dedos - Material Base: Plástico, Material Tampa: Plástico, Material Carga: Creme Atóxico, 12 gr, Características Adicionais: Não Contém Glicerina E Não Mancha.	Unidades	40	R$ 8,32	R$ 332,70
				VALOR MEDIO GLOBAL	**R$ 369.255,29**

1.2.1. As memórias de cálculo e documentos que dão suporte à estimativa do valor da contratação, constam em anexo classificado que será divulgado após a conclusão do certame,

1.2.2. O orçamento estimado poderá ser utilizado pelo Pregoeiro como parâmetro de negociação final com o licitante vencedor.

2- PRAZO DE DURAÇÃO DO CONTRATO

2.1. A(s) Ata(s) de Registro de Preços oriundas deste procedimento terão validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços praticados.

2.2. O(s) contrato(s) decorrente(s) da(s) ata(s) de registro de preços terá(ão) sua(s) vigência(s) estabelecida(s) em conformidade com as disposições nela(s) contidas.

3- FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO E DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. A presente contratação visa suprir as necessidades de materiais escolares, pedagógicos e de expediente, conforme especificações descritas no Termo de Referência, para o adequado funcionamento das secretarias e setores vinculados à Prefeitura Municipal de Reduto/MG. Esta medida é essencial para garantir a continuidade e a eficiência das atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas por esses órgão.

3.2. Os materiais solicitados são indispensáveis para o desenvolvimento das atividades cotidianas das secretarias e setores da Prefeitura, que atendem demandas da população, como educação, assistência social, saúde e outras áreas essenciais. A falta desses itens comprometeria o bom andamento dos serviços prestados, impactando diretamente a qualidade e eficiência do atendimento à comunidade.

3.3. A aquisição de materiais é justificada pela necessidade de garantir o cumprimento das obrigações administrativas, educacionais e sociais.

3.4. A contratação visa assegurar que não haja interrupção nos serviços prestados pela Prefeitura, principalmente nos setores educacionais, que dependem de materiais pedagógicos e escolares para a execução de atividades de ensino. Também se faz necessário o fornecimento de materiais de expediente para o bom funcionamento das secretarias, evitando atrasos e a ineficiência administrativa.

3.5. Com o aumento das demandas por parte da população e a expansão das atividades administrativas e educacionais, faz-se necessário o fornecimento contínuo e adequado de materiais, garantindo que as secretarias e setores tenham à disposição os insumos necessários para o pleno desenvolvimento de suas funções.

3.6. Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de material escolar, pedagógico e de expediente em geral é imprescindível para atender as necessidades das secretarias e setores vinculados à Prefeitura Municipal de Reduto/MG, garantindo a eficiência dos serviços prestados à população e o cumprimento das obrigações administrativas e pedagógicas.

4- REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os produtos deverão ser entregues, respeitadas todas as normas vigentes de fabricação, estando sujeitos a devolução em caso de desatendimento.

4.2. A empresa vencedora obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Termo, de acordo com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a imediata substituição do mesmo, quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

4.2.1. Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da Contratada para efetuar a substituição do mesmo.

4.3. Em subsídio ao edital se levará em conta também as normas do Código de Defesa do Consumidor Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990.

4.4. Considerando o disposto no Acórdão 2.380 /2012-2 Câmara (TCU) e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, bem como as características do objeto a ser contratado, não se identifica a possibilidade de impactos ambientais significativos, não sendo necessário a exigência de parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no procedimento em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle.

4.5. A Contratada deverá respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadores pertinentes.

4.6. A empresa a ser contratada deverá adotar princípios sustentáveis em sua cadeia de produção e fornecimento, visando o atendimento das exigências contidas nas normas e agencias regulamentadoras, bem como na legislação vigente, assim, na qualidade de requisitos sustentáveis, deverá:
4.6.1. Adotar práticas que reduzam a poluição e minimize o desperdício de recursos, quando couber;
4.6.2. Adotar práticas sustentáveis e socialmente responsáveis no que couber;
4.6.3. Causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água;
4.6.4. Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;
4.6.5. Caso sejam gerados resíduos recicláveis decorrentes de embalagens do objeto deste processo, a contratada deverá, ao término das atividades, acondicioná-los e destina-los de forma e em local adequado, conforme orientações pertinentes.

5- MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
5.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagem devidamente inviolada, em sua apresentação original, sem avarias, contendo todas as informações de fabricação exigidas pela legislação pertinente de forma visível e plenamente legível, com prazo de validade de no mínimo 90 (noventa) dias.
5.1.1. Todos os encargos e custos decorrentes da contratação correrão cargo do licitante vencedor, tais como transporte, tributos, dentre outros.

5.2. Os produtos deverão ser entregues nas condições estabelecidas no item 5.1, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da emissão de Ordem de Fornecimento encaminhada pelo setor de compras do Município de Reduto/MG, acompanhado da Nota Fiscal correspondente.
5.2.1. Após a entrega os itens estarão sujeitos a aceitação e ao recebimento provisório e definitivo, através do fiscal e gestor do contrato respectivamente.
5.2.2. Somente o Fiscal do Contrato, poderá realizar o recebimento dos produtos, ressalvados os casos de indicação formal de fiscal de contrato substituto.
5.2.3. Nos casos de atraso na entrega dos produtos, os licitantes estarão sujeitos as sanções estabelecidas no instrumento convocatório e, em especial a multa por mora, conforme descrito no item 10.14 do respectivo instrumento.

5.3. Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Saúde, sediada no perímetro urbano do Município de Reduto/MG.
5.3.1. O horário de funcionamento para o recebimento dos produtos é de 08h00 às 17h00min.

5.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, com verificação posterior do atendimento às conformidades estabelecidas neste instrumento.

5.5. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor ou comissão do contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento às exigências estabelecidas neste instrumento.

5.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

5.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.

6- FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Caberá ao fiscal do (s) contrato(s):

I - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;

II - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;

III - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;

IV - auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;

V - anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;

VI - emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;

VII - rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;

VIII - comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;

6.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:

I - Atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;

II - entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;

III - execução do objeto em desconformidade com este instrumento;

IV - descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;

V - subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;

VI - alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;

VII - quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

6.2. Caberá ao Gestor do(s) Contrato(s):

I - analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;

II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;

III - criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;

IV - analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;

V - acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;

VI - decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;

VII - solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;

VIII - alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;
IX - realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

6.3. Caso o contrato decorrente deste procedimento seja substituído por carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, nos termos do Art. 95 da Lei Federal 14.133/2021, as atribuições do gestor e fiscal de contrato serão mantidas, além da permanência integral das obrigações e condições estabelecidas na minuta contratual constante no anexo do edital e de todas as especificações e condições descritas neste termo.

7- FORMA DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
7.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.

7.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal.
7.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.
7.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
7.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.
7.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

7.4. O Município de Reduto poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
I- A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;
II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;
III- A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.
IV- Débito da licitante para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

8- FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR OU PRESTADOR DE SERVIÇOS
8.1. O fornecedor será selecionado por meio de licitação, na modalidade Pregão, sob sua forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento **MENOR PREÇO POR ITEM,** observadas todas as condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e em seus anexos.

9- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. A indicação de créditos orçamentários será efetivada para formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, respeitadas as legislações orçamentárias vigentes.

Reduto/MG, 21 de outubro de 2024.

_____

Mariza Aparecida Sotte Pimentel

Servidora Municipal

_____

Alexsandra Diniz Pereira

Servidora Municipal

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1- OBJETO

1.1. Elaboração de Estudo Técnico Preliminar – ETP, visando aferir a viabilidade técnica e econômica para aquisição de material, escolar, pedagógico e de expediente em geral, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores vinculados a Prefeitura Municipal de Reduto/MG.

2- DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação visa suprir as necessidades de materiais escolares, pedagógicos e de expediente, conforme especificações descritas no Termo de Referência, para o adequado funcionamento das secretarias e setores vinculados à Prefeitura Municipal de Reduto/MG. Esta medida é essencial para garantir a continuidade e a eficiência das atividades administrativas e pedagógicas desenvolvidas por esses órgão.

2.2. Os materiais solicitados são indispensáveis para o desenvolvimento das atividades cotidianas das secretarias e setores da Prefeitura, que atendem demandas da população, como educação, assistência social, saúde e outras áreas essenciais. A falta desses itens comprometeria o bom andamento dos serviços prestados, impactando diretamente a qualidade e eficiência do atendimento à comunidade.

2.3. A aquisição de materiais é justificada pela necessidade de garantir o cumprimento das obrigações administrativas, educacionais e sociais.

2.4. A contratação visa assegurar que não haja interrupção nos serviços prestados pela Prefeitura, principalmente nos setores educacionais, que dependem de materiais pedagógicos e escolares para a execução de atividades de ensino. Também se faz necessário o fornecimento de materiais de expediente para o bom funcionamento das secretarias, evitando atrasos e a ineficiência administrativa.

2.5. Com o aumento das demandas por parte da população e a expansão das atividades administrativas e educacionais, faz-se necessário o fornecimento contínuo e adequado de materiais, garantindo que as secretarias e setores tenham à disposição os insumos necessários para o pleno desenvolvimento de suas funções.

2.6. Diante do exposto, a contratação de uma empresa especializada no fornecimento de material escolar, pedagógico e de expediente em geral é imprescindível para atender as necessidades das secretarias e setores vinculados à Prefeitura Municipal de Reduto/MG, garantindo a eficiência dos serviços prestados à população e o cumprimento das obrigações administrativas e pedagógicas.

3- LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA PARA SOLUÇÃO ADOTADA

3.1. A listagem dos itens foi obtida através de consulta aos setores técnicos responsáveis, identificando as demandas necessárias ao longo do exercício, buscando atender integralmente o maior número de produtos a serem utilizados resultando em maior eficiência para execução dos serviços públicos prestados, conforme se observa na planilha listada a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	COMPL. DE	QUANT.	VALOR MEDIO	VALOR MEDIO

		MEDIDA		UNIT.	TOTAL
1.	Alfinete cabeça plástica e aço níquel – cx com 50 unid	Caixas	10	R$ 13,41	R$ 134,12
2.	Almofada para carimbo nº 2	Unidades	20	R$ 12,37	R$ 247,44
3.	Apagador para quadro branco	Unidades	100	R$ 13,10	R$ 1.309,99
4.	Apontador de lápis lâmina em aço temperado, com depósito, cx com 24 unid	Caixas	50	R$ 34,15	R$ 1.707,66
5.	Balões nº 7 com 50 unid, cores variadas.	Pacotes	500	R$ 12,48	R$ 6.238,04
6.	Bambolê, 60 cm de diâmetro	Unidades	70	R$ 22,87	R$ 1.601,10
7.	Baralho tradicional: Descrição: Caixinha contendo 55 cartas	Unidades	10	R$ 15,60	R$ 155,95
8.	Barbante colorido nº6: barbante colorido 4/6,Espessura 4/6, metragem 610 metros, 600g. Coresvariadas.	Unidades	50	R$ 24,43	R$ 1.221,62
9.	Barbante em algodão 100% algodão nº 8 colorido	Unidades	30	R$ 30,15	R$ 904,52
10.	Barbante em algodão cru 100% algodão nº 8 branco	Unidades	15	R$ 14,56	R$ 218,33
11.	Bastão de cola quente transparente, 7,5mm X 30cm (fino)	Unidades	100	R$ 3,33	R$ 332,70
12.	Betume da Judéia: betume para envelhecimento, frasco de 100ml PRETO	Unidades	10	R$ 14,77	R$ 147,74
13.	Bloco de Notas auto adesivo Post it. Cores Variadas. Bloco com 400 folhas.	Blocos	70	R$ 36,39	R$ 2.547,20
14.	Bola de Isopor 150mm, macia branca	Unidades	20	R$ 8,84	R$ 176,74
15.	Bola de Isopor 50mm, macia branca	Unidades	20	R$ 2,79	R$ 55,73
16.	Bola de Isopor 75mm, macia branca	Unidades	15	R$ 2,43	R$ 36,49
17.	Bola de Isopor 100mm, macia branca	Unidades	25	R$ 5,35	R$ 133,86
18.	Borracha branca nº 60, cx com 60 unid	Caixas	50	R$ 17,31	R$ 865,53
19.	Borracha ponteira branca, caixa com 50 unid	Caixas	50	R$ 15,65	R$ 782,35
20.	Caderno 10 matérias espiral universitário possui capa dura, folhas pautadas e espiral formato: 200mmx 275mm peso: 0,5Kg. Dimensões: 30x 25x15cm	Unidades	20	R$ 22,87	R$ 457,46

21.	Caderno - Caderno Material: Celulose Vegetal, Material Capa: Papelão , Comprimento: 150 Mm, Tipo: Pedagógico, Caligrafia , Largura: 210 Mm, Apresentação: Brochura , Quantidade Folhas: 40 F	Unidades	1.600	R$ 10,40	R$ 16.634,76
22.	Caderno - Caderno, material: papel off-set 63g, m2, branco, material capa: papel cartão duplex 250 g,m2, quantidade folhas: 48 fl, comprimento: 200 mm, largura: 140 mm, características adicionais: desenho, espiral, arame galvanizado	Unidades	500	R$ 6,01	R$ 3.004,65
23.	Caderno universitário com espiral capa dura 96 folhas	Unidades	300	R$ 10,40	R$ 3.119,02
24.	Caixa Arquivo - Material: Plástico Corrugado, Dimensão (C X L X A): 36,0 X 13,5 X 25,0 Cm, Cor: Azul, Impressão: Padrão, Características Adicionais: Com Trava	Unidades	600	R$ 12,11	R$ 7.267,31
25.	Calculadora eletrônica, número de dígitos: 12un, tipo: mesa, aplicação: financeira.	Unidades	25	R$ 28,28	R$ 706,98
26.	Caneta esferográfica. escrita fina 0.8mm – cx com 50 unid - 07 azul	Caixas	50	R$ 78,24	R$ 3.911,77
27.	Caneta esferográfica. escrita fina 0.8mm – cx com 50 unid - 07 Preta	Caixas	50	R$ 78,24	R$ 3.911,77
28.	Caneta esferográfica. escrita fina 0.8mm – cx com 50 unid - 07 Vermelha	Caixas	40	R$ 78,24	R$ 3.129,42
29.	Caneta esferográfica cor, rosa, verde, alaranjado, cinza, diversas cores escritas média de 1mm, corpo em plástico rigido, ponta de esfera de tungstenio, formato do corpo hexagoa, transparente, com furo para suspiro, carga removivel, sem acionamento, tampa ventilada, tamanho total aproximado de 15cm.	Unidades	30	R$ 2,76	R$ 82,65
30.	Caneta para retroprojetor, ponta fina 2.0, cx com 12 unid – preta	Caixas	20	R$ 77,98	R$ 1.559,51
31.	Caneta para retroprojetor, ponta média 2.0, cx com 12 unid – azul	Caixas	20	R$ 53,54	R$ 1.070,86
32.	Caneta para retroprojetor, ponta média 2.0, cx com 12 unid – preta	Caixas	20	R$ 53,54	R$ 1.070,86
33.	Caneta para retroprojetor, ponta média 2.0, cx com 12 unid –	Caixas	20	R$ 53,54	R$ 1.070,86

	vermelha				
34.	Canetinha hidrográfica com 12 cores, ponta flexível e resistente, ponta volta sempre ao formato original após pressionada. Efeito pincel ideal para Lettering. Faz traço fino ou grosso de acordo com a pressão usada. Corpo grosso. Tinta não seca mesmo com tampa aberta por até 3 meses.	Embalagens	400	R$ 13,52	R$ 5.406,30
35.	Cartolina colorida 65cmx50cm	Unidades	2.000	R$ 5,41	R$ 10.812,60
36.	Clipes nº 1/0 com 100 unid.	Caixas	35	R$ 6,77	R$ 236,89
37.	Clipes nº 10/0, cx com 120 unid	Caixas	30	R$ 19,65	R$ 589,49
38.	Clipes nº 2, cx com 100 unid.	Caixas	40	R$ 7,17	R$ 286,95
39.	Clipes nº 4/0, cx com 100 unid	Caixas	40	R$ 9,26	R$ 370,54
40.	Clipes nº 8/0, cx com 100 unid	Caixas	40	R$ 15,89	R$ 635,45
41.	Clipes nº 3/0, cx com 100 unid.	Caixas	20	R$ 5,65	R$ 112,91
42.	Clipes nº 6/0, cx com 100 unid	Caixas	10	R$ 14,24	R$ 142,44
43.	Cola - branca, liquida, base em PVA, não tóxica, lavável, uso escolar, embalagem plástica com bico economizador, peso líquido 90g	Unidades	45	R$ 4,78	R$ 215,21
44.	Cola bastão, embalagem 36g, plástico 100% reciclado, lavável, não tóxico.	Unidades	100	R$ 3,85	R$ 384,68
45.	Cola plástica branca. Frasco de 1Kg branca. Lavável, não tóxica com tampa giratória. Bico aplicador.	Unidades	40	R$ 21,32	R$ 852,95
46.	Cola branca, embalagem 40g, a base de água, lavável e não tóxica.	Unidades	650	R$ 2,70	R$ 1.757,05
47.	Cola dimensional relevo 3D cores sortidas, embalagem de 35ml.	Unidades	100	R$ 8,94	R$ 894,12
48.	Cola glitter c/ 12, nas cores, vermelho, verde, azul, dourado, prata, furta cor, tendo em sua composição: resina de pva, gliter e conservante tipo: benzotazol	Caixas	80	R$ 73,82	R$ 5.905,34
49.	Cola para EVA e isopor c/ 12 frasco 90g, com bico aplicador econômico	Unidades	1.000	R$ 6,76	R$ 6.757,87
50.	Cola quente fina. Refil de cola quente, 30cm de comprimento e 7,5 mm de espessura transparente.	Unidades	80	R$ 3,12	R$ 249,52
51.	Cola quente grossa. Refil de cola quente, 30 cm de comprimento e	Unidades	80	R$ 3,12	R$ 249,52

	11 mm de espessura transparente				
52.	Colchetes nº 08 embalagem com 72 unid	Caixas	30	R$ 13,10	R$ 393,00
53.	Colchetes nº 12 embalagem com 72 unid	Caixas	30	R$ 22,87	R$ 686,18
54.	Contact transparente, 45cmX25m	Rolos	40	R$ 122,68	R$ 4.907,26
55.	Corretivo líquido a base de água de secagem rápida atóxico. Embalagem com identificação do produto, frasco de 18 ml com certificado de segurança com certificado de segurança do Vctro, não tóxico. Caixa com 12 unidades	Caixas	10	R$ 47,31	R$ 473,05
56.	Diário de Classe Escolar Bimestral - Ensino Fundamental, Nível I	Unidades	300	R$ 38,47	R$ 11.540,37
57.	Elástico amarelo pacote 500g com 600 unid	Pacotes	20	R$ 29,42	R$ 588,45
58.	Envelope Kraft 250x350 ofício	Unidades	1.000	R$ 0,95	R$ 946,10
59.	Envelope para convite	Unidades	200	R$ 0,43	R$ 85,25
60.	Envelope pardo A3	Unidades	500	R$ 1,61	R$ 805,75
61.	Envelope pardo A4. Caixa com 250 unidades	Caixas	30	R$ 135,16	R$ 4.054,72
62.	Estilete Grande – Descrição: Estilete largo plástico profissional com trava. Estrutura reforçada e emborrachada. Lâmina de aço carbono 18mm com dupla afiação. Guia da lâmina em aço carbono.	Unidades	100	R$ 18,71	R$ 1.871,41
63.	Estilete pequeno 9mm	Unidades	50	R$ 37,45	R$ 1.872,45
64.	EVA. Papel Emborrachado - Material: Borracha Eva, Comprimento: 60 Cm, Cor: Variada, Largura: 40 Cm, Padrão: Liso	Folhas	900	R$ 6,76	R$ 6.082,09
65.	EVA com gliter. Papel Emborrachado - Material: Borracha Eva, Comprimento: 60 Cm, Cor: Variada, Espessura: 2 Mm, Largura: 40 Cm, Padrão: Glitterizado	Folhas	600	R$ 6,97	R$ 4.179,48
66.	EVA estampado. Papel Emborrachado - Papel Emborrachado, Material: Borracha Eva, Comprimento: 60 Cm, Largura: 40 Cm, Espessura: 2 Cm, Padrão: Estampado, Aplicação: Confecção De Painei	Folhas	200	R$ 9,91	R$ 1.981,62

67.	Extensão elétrica 5 metros- Extensão Elétrica Tipo: Pp Carretel , Comprimento: 5 M, Componentes: 3 Tomadas, 2P+T. , Seção Nominal: 2,50 Mm2, Número Pólos: 2 , Formação Do Cabo: Dupla Isolação, 20A, Bivolt V F . Mm2,	Unidades	15	R$ 38,47	R$ 577,02
68.	Extensão Elétrica 10 metros- Extensão Elétrica Componentes: 3 Tomadas Fêmeas E Plugue Terra , Comprimento: 10 M, Corrente Nominal: 10 A, Tipo: Flexível , Normas Técnicas: Nbr 14136 , Tensão Nominal: 250	Unidades	30	R$ 45,35	R$ 1.360,52
69.	Extrator para grampo - Extrator Grampo Material: Aço Galvanizado , Tipo: Espátula , Comprimento: 150 mm, Largura: 15 mm	Unidades	60	R$ 2,92	R$ 175,29
70.	Fita adesiva colorida em polipropileno com adesivo acrílico, 12mmX10m. Cores variadas.	Unidades	40	R$ 9,88	R$ 395,08
71.	Fita adesiva de polipropileno transparente 45mm x 45 m	Unidades	130	R$ 5,82	R$ 756,88
72.	Fita adesiva dupla face, com adesivo acrílico, 12mm X 30m	Unidades	100	R$ 11,12	R$ 1.112,45
73.	Fita Cetim. Largura: 4 Mm. Comprimento: 100 M. Cor: Diversas. Características Adicionais: 100% Poliamida. Dupla Face.	Unidades	25	R$ 27,03	R$ 675,79
74.	Fita crepe 18x50 com 6 unidades	Pacotes	50	R$ 35,35	R$ 1.767,44
75.	Fita Métrica Costura - Fita Métrica Costura Material: Poliéster E Fibra Vidro , Comprimento: 150 Cm. Cores vaiadas.	Unidades	10	R$ 20,79	R$ 207,93
76.	Fitilho - Fitilho, Cor: Variada, Material: Polipropileno, Tipo: Fino, Características Adicionais: Largura: 0,50 Cm. Comprimento 50 m.	Unidades	80	R$ 7,52	R$ 601,35
77.	Folha Isopor - Comprimento: 100 Cm, Largura: 50 Cm, Espessura: 3 Cm	Unidades	40	R$ 13,31	R$ 532,31
78.	Giz branco, caixa com 64 unid	Caixas	20	R$ 11,96	R$ 239,12
79.	Giz cera - Material: Cera Plástica Com Corante Atóxico, Cor: Variadas, Espessura: Fina, Tamanho: Grande	Unidades	30	R$ 8,63	R$ 258,88
80.	Gliter Em Pó Cores Variadas	Unidades	100	R$ 49,90	R$

	Embalagem 500 Gramas				4.990,43
81.	Grampeador 26/6 médio	Unidades	40	R$ 44,71	R$ 1.788,24
82.	Grampeador de mesa 23/8	Unidades	10	R$ 84,86	R$ 848,58
83.	Grampeador - Grampeador, Material Aço, Tipo Tapeceiro, Tamanho Grampo 106/4 A 106/14	Unidades	10	R$ 140,08	R$ 1.400,75
84.	Grampo 23/8 cx com 5.000 galvanizados	Caixas	60	R$ 19,55	R$ 1.172,75
85.	Grampos 23/13, caixa com 5.000 unidades galvanizados	Caixas	2	R$ 28,59	R$ 57,18
86.	Grampo trilho caixa com 50 unidades	Caixas	20	R$ 18,61	R$ 372,20
87.	Isopor. Placas de isopor, espessura de 2cm. Medindo 2cm x 1m x 50cm; no formato retangular densidade p2; cor branca.	Unidades	10	R$ 11,18	R$ 111,76
88.	Lápis corpo em madeira, grafite nº: 02B, envernizado na cor preta no formato redondo, medindo no mínimo 170mm, nome do fabricante gravado no lápis, devendo ser entregue apontado. Caixa com 12 unidades.	Caixas	5	R$ 24,29	R$ 121,43
89.	Lápis corpo em madeira, grafite nº: 04B, envernizado na cor preta no formato redondo, medindo no mínimo 170mm, nome do fabricante gravado no lápis, devendo ser entregue apontado. Caixa com 12 unidades	Caixas	10	R$ 12,83	R$ 128,30
90.	Lápis de cor redondo, caixa c/ 12 cores. Composição: pigmentos, aglutinantes, carga inerte e ceras. Produto atóxico e não perecível, conforme EN 71. Selo de segurança do INMETRO	Caixas	200	R$ 17,67	R$ 3.534,89
91.	Lápis preto nº 2, cx com 144 unid	Caixas	15	R$ 57,18	R$ 857,73
92.	Lastex embalagem com 10m	Unidades	70	R$ 10,40	R$ 727,77
93.	Livro de ata (capa dura) com 100 folhas e termo de abertura e encerramento	Unidades	70	R$ 22,35	R$ 1.564,71
94.	Livro de ata com 50 folhas e termo de abertura e encerramento	Unidades	35	R$ 17,65	R$ 617,88
95.	Livro de ponto diário – Ensino Fundamental – Nível I, 2 assinaturas por folha, com 100 folhas.	Unidades	45	R$ 72,10	R$ 3.244,56
96.	Livro de protocolo com 100 folhas	Unidades	55	R$ 28,12	R$

					1.546,77
97.	Mapa Brasil político atualizado, tamanho mínino: 120 X 90cm	Unidades	10	R$ 35,35	R$ 353,49
98.	Mapa Mundi atualizado, tamanho mínino: 120 X 90cm	Unidades	10	R$ 43,67	R$ 436,66
99.	Marcador de texto, cores variadas	Caixas	20	R$ 31,19	R$ 623,80
100.	Massa de modelar c/ 12 cores sortidas, não tóxica, ceras, pigmentos e cores, dimensões aproximadas da embalagem: 16 x 11 x 1.5 cm, 180 g	caixas	100	R$ 13,46	R$ 1.346,38
101.	Palito para churrasco pacote com 100 unid	Pacotes	20	R$ 7,78	R$ 155,54
102.	Pano de prato liso branco	Unidades	300	R$ 7,28	R$ 2.183,31
103.	Papel A3. Tipo: Sulfite/ Apergaminhado/ Ofício, Tamanho (C X L): 420 X 297 Mm, Gramatura: 75 G/M2, Cor: Branco. Embalagem com 500 folhas.	Embalagens	4	R$ 98,77	R$ 395,08
104.	Papel Camurça - Papel Camurça Material: Celulose Vegetal. Gramatura: 60 G/M2. Comprimento: 60 Cm. Largura: 40 Cm. Cores variadas.	Pacotes	40	R$ 56,45	R$ 2.258,17
105.	Papel Carbono - Papel Carbono Material: Película Poliéster. Aplicação: Escrita Manual. Comprimento: 297 Mm, Cor: Preta. Tipo: Dupla Face. Largura: 210 Mm. Pacote com 100 folhas.	Pacotes	28	R$ 88,37	R$ 2.474,42
106.	Papel Cartão - Material: Celulose Vegetal, Gramatura: 240 G/M2, Comprimento: 70 Cm, Cor: Variada, Largura: 50 Cm. Pacote com 10 folhas.	Pacotes	25	R$ 20,27	R$ 506,84
107.	Papel cartão fosco. 50 x 70 cm. Cores variadas	Unidades	100	R$ 3,47	R$ 347,25
108.	Papel Color Set - Papel Color Set Formato: A4 , Cor: Variada , Comprimento: 29,7 Cm, Largura: 21 Cm, Gramatura: 120 G/M2, Características Adicionais: Colorido Nas Duas Faces	Folhas	1.600	R$ 1,56	R$ 2.495,21
109.	Papel crepom 48 cm x 2m - várias cores	Unidades	1.100	R$ 2,60	R$ 2.859,10
110.	Papel Seda - Papel Seda Material: Celulose Vegetal, Comprimento: 60 Cm, Largura: 48 Cm, Cor: Variada,	Folhas	750	R$ 0,75	R$ 561,42

	Gramatura: 18 G/M				
111.	Papel Fantasia - Papel Fantasia Material: Celulose Vegetal , Gramatura: 75 G/M2, Comprimento: 65 Cm, Cor: Variada , Largura: 45 Cm.	Unidades	850	R$ 2,50	R$ 2.120,93
112.	Papel Fotográfico - Papel Fotográfico Gramatura: 180 G/M2, Comprimento: 297 Mm, Tipo: Glossy Brilhante , Largura: 210 Mm, Compatibilidade: Impressora Jato De Tinta / Laser. Caixa com 50 folhas.	Caixas	170	R$ 88,37	R$ 15.023,27
113.	Papel Laminado - Papel Laminado Comprimento: 60 Cm, Cor: Variada , Largura: 50 Cm.	Unidades	110	R$ 2,28	R$ 250,46
114.	Papel Ofício A4 cx c 5.000 folhas - 210 mm x 297 mm 75 gm2	Caixas	230	R$ 343,09	R$ 78.910,07
115.	Papel Pardo - Papel Pardo Material: Celulose Vegetal , Comprimento: 100 Cm, Cor: Parda , Tipo Papel: Semi-Kraft , Largura: 120 Cm	Bobinas	10	R$ 161,41	R$ 1.614,09
116.	Papel pardo para embrulho - Papel Embrulho Gramatura: 90 G/M2, Aplicação: Embalagem , Comprimento: 96 Cm, Cor: Parda , Tipo Papel: Kraft , Largura: 66 Cm, Apresentação: Folha	Folhas	50	R$ 1,82	R$ 90,97
117.	Papel sulfite colorido. Papel Para Impressão Formatado - Papel Para Impressão Formatado Gramatura: 75 G/M2, Tamanho (C X L): 297 X 210 Mm, Cor: Colorido , Tipo: Sulfite/Apergaminhado/Ofício. Embalagem com 100 folhas.	Embalagens	120	R$ 15,28	R$ 1.833,98
118.	Papel Vergê A4- Papel Vergê Material: Celulose Vegetal , Gramatura: 180 G/M2, Comprimento: 297 Mm, Cor: Madrepérola , Largura: 210 Mm, Formato: A4. Pacote com 50 folhas.	Pacotes	150	R$ 34,83	R$ 5.224,36
119.	Papel Embrulho - Papel Embrulho Gramatura: 80 G/M2, Modelo: Liso, Aplicação: Embalagem, Cor: Natural , Tipo Papel: Kraft, Largura: 60 Cm, Apresentação: Bobina,	Bobinas	1	R$ 165,31	R$ 165,31

	Peso: 11 K. Bobina 150 metros.				
120.	Pasta Arquivo - Pasta Arquivo Material: Papel Cartão Duplex, Largura: 255 Mm, Altura: 350 Mm, Lombada: 75 M	Unidades	500	R$ 10,60	R$ 5.302,33
121.	Pasta cartão duplex. Cartolina plastificada, com grampo plástico, formato: 350mm X 230mm.	Unidades	700	R$ 14,24	R$ 9.970,46
122.	Pasta catalogo - Material: Plástico, Altura: 330 Mm, Cor: Preta, Tipo: Catálogo, Largura: 240 Mm, Características Adicionais: 4 Furos E 50 Envelopes Plásticos	Unidades	50	R$ 21,45	R$ 1.072,42
123.	Pasta classificador cartão duplo- Pasta Arquivo Material: Cartão Duplo , Tipo: Classificadora , Largura: 230 Mm, Altura: 325 Mm, Cor: Variada , Gramatura: 480 G/M2, Características Adicionais 2: Com Prendedor De Plástico.	Unidades	350	R$ 7,51	R$ 2.627,25
124.	Pasta com abas em polipropileno e elástico, tamaho ofício, formato: 232mmX332mm	Unidades	100	R$ 8,20	R$ 820,30
125.	Pasta suspensa - Pasta Arquivo Material: Papel Kraft , Gramatura: 300 G/M2, Altura: 360 Mm, Cor: Palha , Tipo: Suspensa , Largura: 240 Mm, Características Adicionais: Com Mola E Visor.	Caixas	30	R$ 164,79	R$ 4.943,64
126.	Pasta preta com elástico/ papel reciclável e de grande durabilidade. Material polipropileno reciclável dimensão 350 x 235 mm.	Unidades	50	R$ 4,44	R$ 221,97
127.	Pasta sanfonada, A4 12 div Cristal, tamanho: 240x330mm, dimensão: 330mmx240mm.	Unidades	35	R$ 36,19	R$ 1.266,69
128.	Pen drive, conexão USB 2.0, 32 GB, sistema operacional: Windows e Linux, dimensões aproximadas do produto (cm): - AxLxP 4x1,6x0,4cm	Unidades	60	R$ 51,98	R$ 3.119,02
129.	Percevejo - Percevejo Material: Metal , Tamanho: 10 Mm, Tratamento Superficial: Latonado. Caixa com 100 unidades.	Caixas	20	R$ 5,28	R$ 105,63

130.	Perfurador Papel - Perfurador Papel Material: Metal , Quantidade Furos: 2 Un, Tipo: Mesa , Funcionamento: Manual , Características Adicionais: Com Marginador E Aparador , Capacidade Perfuração: 30 F	Unidades	15	R$ 36,39	R$ 545,83
131.	Peteca - Peteca Material Base: Borracha Sintética , Tipo Pena: Natural, Cor Pena: Branca , Tipo: Oficial , Tamanho: Único, Características Adicionais: Com Amortecedor	Unidades	25	R$ 25,99	R$ 649,80
132.	Pilha alcalina, palito, tamanho AA	Unidades	100	R$ 4,68	R$ 467,85
133.	Pilha alcalina, palito, tamanho AAA	Unidades	200	R$ 4,67	R$ 933,63
134.	Pilha - Modelo: D, Tamanho: Grande, Características Adicionais: Não Recarregável, Tensão Nominal: 1,5 V, Sistema Eletroquímico: Alcalina	Unidades	40	R$ 12,01	R$ 480,33
135.	Pincel atômico cor azul, com tinta a base de álcool, recarregável, ponta chanfrada com aproximadamente 4mm, largura da escrita 6,0 mm aproximadamente. Caixa com 12 unidades.	Caixas	20	R$ 54,06	R$ 1.081,26
136.	Pincel atômico cor Preto, com tinta a base de álcool, recarregável, ponta chanfrada com aproximadamente 4mm, largura da escrita 6,0 mm aproximadamente. Caixa com 12 unidades	Caixas	4	R$ 54,06	R$ 216,25
137.	Pincel atômico cor vermelho, com tinta a base de álcool, recarregável, ponta chanfrada com aproximadamente 4mm, largura da escrita 6,0 mm aproximadamente. Caixa com 12 unidades	Caixas	4	R$ 54,06	R$ 216,25
138.	Pincel Atomico,Na Cor Azul,Ponta De Feltro Redonda, Descartavel - Pincel Atomico, Na Cor Azul, Com Ponta De Feltro Redonda, Do Tipo Descartavel.	Unidades	300	R$ 5,46	R$ 1.637,48
139.	Pincel Atomico,Na Cor Azul,Ponta De Feltro Redonda, Descartavel - Pincel Atomico, Na Cor Preta, Com Ponta De Feltro Redonda, Do Tipo Descartavel.	Unidades	300	R$ 5,46	R$ 1.637,48

140.	Pincel Atomico,Na Cor Azul,Ponta De Feltro Redonda, Descartavel - Pincel Atomico, Na Cor Vermelha, Com Ponta De Feltro Redonda, Do Tipo Descartavel.	Unidades	300	R$ 5,46	R$ 1.637,48
141.	Pincel chato nº 06, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	50	R$ 4,68	R$ 233,93
142.	Pincel chato nº 08, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	50	R$ 4,02	R$ 201,18
143.	Pincel chato nº 12, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	50	R$ 5,20	R$ 259,92
144.	Pincel chato nº 14, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	15	R$ 5,00	R$ 75,01
145.	Pincel chato nº 16, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	15	R$ 6,54	R$ 98,09
146.	Pincel chato nº 18, cabo: longo, composição: cerda, cor branca, virola: alumínio	Unidades	15	R$ 7,69	R$ 115,40
147.	Pistola elétrica de cola quente, bivolt, corpo injetado em plástico, ponta metálica, para bastão de cola quente 7,5mm X 30cm	Unidades	50	R$ 29,11	R$ 1.455,54
148.	Plástico - Bobina Plástica. Material: Plástico, Diâmetro Flange: 355 MM, Diâmetro Cilindro: 224 MM, Diâmetro Furo Centro: 36 MM, Peso Aproximado: 2,200 KG, Espessura Núcleo: Não Aplicável MM, Raio Centro Furo Arraste: Não Aplicável MM, Diâmetro Tambor: Não Aplicável MM, Diâmetro Furo Bucha: Não Aplicável MM, Largura Interna: 160 MM, Largura Externa: 200 M	Unidades	5	R$ 48,86	R$ 244,32
149.	Prancheta Portátil - Material: Poliestireno, Comprimento: 340 Mm, Largura: 240 Mm, Espessura: 3 Mm, Cor: Azul, Características Adicionais: Prendedor Plástico, Bordas Arredondadas E Laterais	Unidades	40	R$ 29,11	R$ 1.164,43
150.	Régua Comum - Material: Plástico Cristal, Comprimento: 30 Cm, Graduação: Milimetrada, Tipo Material: Rígido, Cor: Transparente	Unidades	70	R$ 3,38	R$ 236,53

151.	Saco de papel branco para lanche, ideal para pipoca. Material higienizado, próprio para receber alimento. Tamanho 10x11. Pacote com 500 unidades.	Pacotes	20	R$ 40,84	R$ 816,77
152.	Sacola - Material: Papel Kraft, Gramatura: 110 G/M2, Altura: 30 Cm, Tipo Alça: Torcida, Aplicação: Acondicionamento De Livros, Largura: 18 Cm, Características Adicionais: Impressão Policromática.	Unidades	200	R$ 4,16	R$ 831,74
153.	Suporte para fita de transparente - 12 mm x 50 m	Unidades	50	R$ 24,10	R$ 1.204,98
154.	Tesoura de picotar cabo anatômico e emborrachado 9” ½ inox	Unidades	55	R$ 66,65	R$ 3.665,94
155.	Tesoura - Tesoura Material: Aço Inoxidável, Comprimento: 15 Cm, Características Adicionais: Tipo Escolar Com Ponta Arredondada	Unidades	150	R$ 13,52	R$ 2.027,36
156.	Tesoura profissional 10 polegadas, com cabo polipropileno, lâmina em aço inox, com ponta	Unidades	50	R$ 75,38	R$ 3.768,81
157.	Tinta guache - Aplicação: Pintura A Pincel Em Papel/Cartão E Cartolina, Cor: Diversas, Características Adicionais: Caixa C/ 6 Frascos De 30 Ml Cada, Composição: Resina Vinícula/Água/Pigmento/Cargas E Conservante.	Caixas	40	R$ 14,04	R$ 561,42
158.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – VERMELHO	Frascos	50	R$ 10,71	R$ 535,43
159.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – VERDE	Frascos	50	R$ 11,44	R$ 571,82
160.	Tinta guache, frasco com 250 ml,não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – MARROM	Frascos	50	R$ 10,14	R$ 506,84
161.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – PRETO	Frascos	50	R$ 11,44	R$ 571,82

162.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – BRANCO	Frascos	50	R$ 11,44	R$ 571,82
163.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – ROSA	Frascos	50	R$ 11,39	R$ 569,74
164.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – AZUL	Frascos	50	R$ 11,44	R$ 571,82
165.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – LARANJA	Frascos	50	R$ 11,01	R$ 550,51
166.	Tinta guache, frasco com 250 ml, não tóxico, solúvel em água, com selo de segurança do INMETRO – AMARELO	Frascos	50	R$ 11,44	R$ 571,82
167.	Tinta Para Carimbo - Tinta Para Carimbo Cor: Preta, Componentes: Água, Pigmentos, Aspecto Físico: Líquido, Aplicação: Almofada , Capacidade Frasco: 40 Ml.	Frascos	20	R$ 16,95	R$ 338,93
168.	Tinta para pincel de quadro branco, tinta para Marcador Quadro Branco, cor azul. Composição: Poliestireno, Álcool, Aditivos, Pigmentos.	Unidades	30	R$ 15,60	R$ 467,85
169.	Tinta para pincel de quadro branco, tinta para Marcador Quadro Branco, cor preto. Composição: Poliestireno, Álcool, Aditivos, Pigmentos.	Unidades	30	R$ 15,08	R$ 452,26
170.	Tinta para pincel de quadro branco, tinta para Marcador Quadro Branco, cor vermelho. Composição: Poliestireno, Álcool, Aditivos, Pigmentos.	Unidades	30	R$ 13,00	R$ 389,88
171.	Tinta para tecido, não tóxica, frasco com 250 ml - cores variadas	Unidades	80	R$ 27,07	R$ 2.165,85
172.	Tinta PVA. Ideal para trabalhos artesanais sobre madeira, gesso, MDF, cerâmica, cortina, isopor, papel, palha, e PET. A base de Látex P.V.A. Acabamento fosco. 37 ml. Cores variadas	Frascos	10	R$ 15,08	R$ 150,75
173.	Tnt - Tnt Gramatura: 40 G/M2,	Rolos	40	R$ 197,54	R$

	Largura: 1,40. Rolo com 50 m - cores sortidas				7.901,51
174.	Umidificador- Molha-Dedos - Material Base: Plástico, Material Tampa: Plástico, Material Carga: Creme Atóxico, 12 gr, Características Adicionais: Não Contém Glicerina E Não Mancha.	Unidades	40	R$ 8,32	R$ 332,70
VALOR MEDIO GLOBAL					**R$ 369.255,29**

3.2. As especificações foram descritas visando estabelecer as condições mínimas adequadas para sua utilização final, em busca de uma aquisição mais vantajosa para administração pública municipal, sem realizar o direcionamento para determinadas marcas específicas e evitando causar restrições indevidas a competividade. Se tratando de objeto comum, corriqueiro, não se vislumbra a justificativa de detalhar a escolha e a determinação de sua especificação, considerando que por suas próprias características é notória a justificativa e a identificação de sua utilização final.

3.3. A contratação de uma empresa especializada é necessária para garantir que os materiais sejam adquiridos com especificações técnicas específicas e que sejam entregues em conformidade com os prazos estipulados, evitando atrasos nos serviços essenciais para o município. Além disso, a centralização da aquisição desses materiais permite uma gestão mais eficiente dos recursos públicos, promovendo a economicidade, ao mesmo tempo que se busca o melhor custo-benefício.

3.4. A solução adotada atende plenamente às necessidades da Secretarias e Setores vinculados a Prefeitura Municipal, sendo uma medida necessária e estratégica para garantir o desempenho de suas funções de maneira eficiente, eficaz e contínua, primando pela qualidade e a continuidade dos serviços públicos.

3.5. Considerando as características do objeto a ser contrato, a disponibilidade de itens no mercado, tendo em vista se tratar de itens corriqueiros, comumente comercializados pelas empresas do ramo de atividade compatível e após diálogo com os setores operacionais envolvidos na sua utilização final, identificou-se que o prazo razoável para o fornecimento dos itens seria de 10 (dez) dias corridos.
3.5.1. Através da justificativa acostada neste tópico não se vislumbra restrição indevida da competividade e dificuldades para o cumprimento das exigências estabelecidas pelas empresas participantes.

4- REQUISITOS E CONDIÇÕES DA CONTRATAÇÃO

4.1. Todos os produtos deverão ser entregues, respeitadas todas as normas vigentes de fabricação, estando sujeitos a devolução em caso de desatendimento.

4.2. A empresa vencedora obriga-se a fornecer o objeto a que se refere este Termo, de acordo com as especificações aqui descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a imediata substituição do mesmo, quando constatado no seu recebimento não estar em conformidade com as referidas especificações.

4.2.1. Recebido o objeto, se a qualquer tempo durante a sua utilização normal vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a imediata notificação da Contratada para efetuar a substituição do mesmo.

4.3. Em subsídio ao edital se levará em conta também as normas do Código de Defesa do Consumidor Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990.

4.4. Considerando que o presente certame terá itens com valor estimado inferior a R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), se vislumbra a necessidade de destinação do mesmo a participação exclusiva de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendor Individual – MEI, do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, em conformidade com a Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, em seu artigo 48, inciso I, alterado pela Lei Complementar 147, de 07 de agosto de 2014.

4.5. Para o presente certame se vislumbra a inclusão de regra editalícia para concessão de prioridade de contratação para as Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) **sediadas na Microrregião de Manhuaçu/MG, conforme estabelecido pelo IBGE**, com base no §3º do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, é uma medida que visa fortalecer a economia local, gerar empregos e estimular o desenvolvimento sustentável da região, objetivando o alcance dos seguintes benefícios: Estímulo ao Desenvolvimento Local e Regional, ao priorizar a contratação de micro e pequenas empresas sediadas na região, a administração pública contribui diretamente para o crescimento econômico e social. Essas empresas são parte integrante da comunidade regional e ao apoiá-las, a prefeitura promove o fortalecimento do tecido empresarial e a geração de riqueza no entorno município. Fomento à Geração de Empregos: As micro e pequenas empresas são importantes geradoras de empregos em nível local e regional, muitas vezes oferecendo oportunidades de trabalho para os moradores da região. Ao conceder prioridade de contratação para essas empresas, a administração pública contribui para a criação e manutenção de postos de trabalho na Microrregião, o que beneficia diretamente a população local e regional. Estímulo ao Empreendedorismo: Ao estabelecer a prioridade de contratação para as ME e EPP sediadas no município, a prefeitura incentiva o empreendedorismo e o surgimento de novos negócios na região. Essa medida estimula a criatividade, a inovação e o desenvolvimento de soluções empresariais adaptadas às necessidades locais, contribuindo para a diversificação da economia e a sustentabilidade do município e da região. Cumprimento da Legislação Vigente: O estabelecimento da prioridade de contratação para as ME e EPP sediadas no Microrregião de Manhuaçu/MG está em conformidade com o §3º do Art. 48 da Lei Complementar nº 123/06, que prevê a adoção de medidas específicas para favorecer o desenvolvimento das micro e pequenas empresas em âmbito local e regional. Dessa forma, a prefeitura cumpre seu papel de promover o crescimento econômico e a inclusão social, conforme preconizado pela legislação vigente. Portanto, ao conceder prioridade de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas na região, a administração pública reafirma seu compromisso com o desenvolvimento sustentável do município, o fortalecimento da economia local e o bem-estar da população.

4.5.1. Para estabelecer um critério objetivo para delimitar a região de abrangência do benefício, identificou-se que o formato mais isonômico seria a utilização da microrregião aonde se encontra sediado o Município de Reduto, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constituindo a maneira mais justa e regular para tal delimitação, atendendo assim a legislação e princípios pertinentes as licitações públicas.

4.5.2. Estes são os Municípios que compõem a Microrregião de Manhuaçu, conforme IBGE: Abre-Campo, Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Caparaó, Caputira, Chalé, Durandé, Lajinha,

Luisburgo, Manhuaçu, Manhumirim, Martins Soares, Matipó, Pedra Bonita, Reduto, Santa Margarida, Santana do Manhuaçu, São João do Manhuaçu, São José do Mantimento e Simonésia.

4.6. A exigência de garantia de proposta em edital, conforme estabelecido pelo Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/21, é uma medida essencial para assegurar o êxito e a lisura do certame licitatório, salvaguardando os interesses da administração pública e garantindo a transparência e a seriedade do processo. A principal razão para a inclusão dessa exigência é a necessidade de mitigar riscos e garantir a segurança das partes envolvidas. Ao solicitar uma garantia de proposta, os licitantes são incentivados a participar do processo de forma comprometida e responsável, evitando assim práticas fraudulentas ou desleais que possam comprometer a lisura do certame. Além disso, a exigência de garantia de proposta promove um ambiente de competição justa e equilibrada entre os participantes. Ao apresentar uma garantia financeira, os licitantes demonstram sua capacidade e disposição para cumprir com as obrigações estabelecidas no edital, garantindo assim que apenas empresas idôneas e solventes participem do processo. Outro aspecto relevante é a proteção dos interesses da administração pública. A exigência de garantia de proposta ajuda a assegurar que o licitante vencedor será capaz de cumprir com suas obrigações contratuais, garantindo a eficiência e a qualidade dos bens ou serviços contratados. Em caso de descumprimento, a garantia pode ser utilizada para cobrir eventuais prejuízos ou custos adicionais, protegendo assim o interesse público e o uso responsável dos recursos públicos. Portanto, ao exigir a garantia de proposta nos termos do Art. 58 da Lei Federal nº 14.133/21, a administração pública reafirma seu compromisso com a transparência, a eficiência e a legalidade dos processos licitatórios, garantindo que o certame ocorra de forma íntegra, competitiva e em conformidade com a legislação vigente.

5- ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO

5.1. Realizou um cálculo comparativo entre a projeção de consumo, quantitativo demandado e os quantitativos já executados em exercícios anteriores pela Administração Pública Municipal, visando não sinalizar expectativas de execução fantasiosas aos possíveis interessados.

6- VALOR ESTIMADO

6.1. O valor estimado para contratação foi obtido após pesquisa de mercado, em conformidade com o Art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21 e decreto municipal n° 1.218/2024.

6.2. Utilizou-se como parâmetro de obtenção dos valores as contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 01 (um) ano anterior a realização deste estudo.

6.3. Consta em anexo deste estudo a comprovação da pesquisa realizada e dos documentos que lhe dão suporte.

7- DA FORMA DE CONTRATAÇÃO

7.1. Em observância ao princípio do parcelamento, optou-se pela realização divisão do objeto em itens, para fomentar a disputa e alcançar o maior número de fornecedores interessados na participação do certame, haja vista que os objetos não possuem interpendência entre si que inviabilizem a execução por licitantes distintos.

7.2. Conforme estabelecido no inciso XLI do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/21, considerando se tratar de aquisição de bens comuns, a modalidade a ser adotada para presente contratação é o Pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica.

7.3. Visando proporcionar um abastecimento frequente dos estoques dos respectivos materiais nas secretarias e setores vinculados à Prefeitura Municipal de Reduto/MG, estabelecendo um estoque mínimo apto a realizar o pronto atendimento as demandas, verificou-se que a melhor solução para aquisição seria a realização de um procedimento licitatório, através do sistema de registro de preços, tendo em vista a necessidade de contratações permanentes e frequentes, bem como a imprevisibilidade de alguns itens de caráter temporário ou sazonal. A utilização do sistema de registro de preços apresenta diversas vantagens e é uma estratégia eficaz para otimizar os processos de aquisição de bens e serviços pela administração pública. Este sistema oferece uma série de benefícios, tais como: I- Economia de Tempo e Recursos: Ao utilizar o registro de preços, a administração pública pode evitar a repetição de processos licitatórios para aquisições semelhantes ao longo do tempo. Isso resulta em economia de tempo e recursos administrativos, pois o procedimento de licitação é realizado uma única vez para determinado item ou serviço. II-Agilidade e Flexibilidade: O registro de preços permite que a administração pública mantenha uma lista de fornecedores pré-aprovados e estabeleça preços negociados previamente. Dessa forma, quando surgir a necessidade de adquirir determinado bem ou serviço, o processo de contratação pode ser mais ágil, uma vez que não é necessário realizar nova licitação, bastando a emissão de ordens de compra aos fornecedores registrados. III- Melhor Planejamento Orçamentário: O sistema de registro de preços possibilita à administração pública planejar suas despesas de forma mais eficiente, uma vez que os preços dos itens ou serviços estão previamente definidos. Isso facilita o controle financeiro e a elaboração de orçamentos anuais, garantindo maior previsibilidade e transparência nos gastos públicos. IV- Maior Concorrência e Redução de Custos: Ao estabelecer preços registrados para determinados itens ou serviços, o sistema de registro de preços atrai um maior número de fornecedores interessados em participar do processo licitatório. Isso promove a concorrência entre os fornecedores, o que pode resultar em redução de custos para a administração pública. V- Cumprimento da Lei de Licitações: O uso do sistema de registro de preços está em conformidade com a legislação vigente, especialmente a Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93), que estabelece os princípios e normas para as contratações públicas. Dessa forma, a utilização desse sistema assegura a legalidade e a transparência nos processos de compras governamentais. Portanto, considerando os benefícios mencionados acima, a utilização do sistema de registro de preços se mostra uma opção vantajosa e eficiente para a administração pública na aquisição de bens e serviços, contribuindo para uma gestão mais eficaz e transparente dos recursos públicos.

8- NECESSIDADE TÉCNICA PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Após realização deste estudo verificou-se que não há necessidade de contratação de terceiros para auxiliar os responsáveis pela fiscalização e gestão do futuro contrato, bem como não há necessidade de formação profissional específica dos mesmos, porém ressalta-se que no momento da designação, é importante verificar se os atores possuem conhecimento técnico compatível e suficiente para atestar o cumprimento das exigências estabelecidas.

9- CONTRATAÇÃO CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

9.1. Para o perfeito cumprimento deste objeto não se faz necessária a contratação de objetos correlatos ou interdependentes de natureza distinta ou que não estejam previstos nas especificações constantes deste instrumento.

10- ANÁLISE DE RISCOS

10.1. Constitui risco para a demanda o atraso injustificado na execução do objeto, ocasionando prejuízos e atrasos nos serviços prestados pela administração pública municipal. Para respaldar a administração pública municipal contra os atrasos se faz necessária a inclusão de multa por mora, nos moldes a seguir:

I- O licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.

II- Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:

a) Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;

b) Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá converte-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.

c)Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

11- IMPACTOS AMBIENTAIS

11.1. Considerando o disposto no Acórdão 2.380 /2012-2 Câmara (TCU) e o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis, bem como as características do objeto a ser contratado, não se identifica a possibilidade de impactos ambientais significativos, não sendo necessário a exigência de parâmetros de sustentabilidade para serem aplicados no procedimento em questão em específico, além dos exigidos pelos Órgãos de Controle.

11.2. A Contratada deverá respeitar e fazer cumprir a legislação de proteção ao meio ambiente, previstas nas normas regulamentadores pertinentes.

11.3. A empresa a ser contratada deverá adotar princípios sustentáveis em sua cadeia de produção e fornecimento, visando o atendimento das exigências contidas nas normas e agencias regulamentadoras, bem como na legislação vigente, assim, na qualidade de requisitos sustentáveis, deverá:

11.3.1. Adotar práticas que reduzam a poluição e minimize o desperdício de recursos, quando couber;

11.3.2. Adotar práticas sustentáveis e socialmente responsáveis no que couber;

11.3.3. Causar menor impacto sobre recursos naturais, como flora, fauna, ar, solo e água;

11.3.4. Controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

11.3.5. Caso sejam gerados resíduos recicláveis decorrentes de embalagens do objeto deste processo, a contratada deverá, ao término das atividades, acondicioná-los e destina-los de forma e em local adequado, conforme orientações pertinentes.

12- DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO A SEREM EXIGIDOS

12.1. A Lei Federal nº 14.133, estabelece os documentos de habilitação obrigatórios para a participação em licitações públicas. Esses documentos são essenciais para garantir que os

licitantes tenham a capacidade técnica, financeira, jurídica e de conformidade com obrigações trabalhistas e tributárias para executar o objeto da licitação, sendo assim, com auxílio dos setores técnicos responsáveis, identificou-se que os seguintes documentos de habilitação devem ser exigidos no instrumento convocatório:

12.1.1. REGULARIDADE JURÍDICA

I- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II- Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

III- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV- Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI- Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

VII- Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

12.1.2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

I – Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

II - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, **se houver**, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - Prova de regularidade para com a FAZENDA FEDERAL e a SEGURIDADE SOCIAL, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

IV - Prova de regularidade para com a FAZENDA ESTADUAL do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

V – Prova de regularidade para com a FAZENDA MUNICIPAL do domicílio ou sede do licitante;

VI – Certidão de Regularidade perante o FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS, ou expedida pelo site próprio (via Internet), conforme legislação em vigor;

VI – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a JUSTIÇA DO TRABALHO, mediante a apresentação de certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

VII- Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88**.**

12.1.2.1. Os documentos poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico, desde que devidamente justificado e acatado expressamente pelo Pregoeiro.

12.1.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

I- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA/CONCORDATA ou CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL NEGATIVA da Sede da pessoa jurídica licitante, expedida pelo cartório distribuidor, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias da data estipulada para abertura do certame, exceto se outra data não constar expressamente no documento.

12.1.3.1. O Simples Nacional é um regime tributário simplificado estabelecido pela Lei Complementar nº 123/2006, que visa reduzir a carga tributária e simplificar o cumprimento das obrigações fiscais para esses negócios, incentivando a formalização e o desenvolvimento econômico. A ausência da exigência de balanço patrimonial para empresas enquadradas no Simples Nacional é justificada pela necessidade de simplificação administrativa e redução de custos, adequando-se à realidade operacional e financeira das microempresas e empresas de pequeno porte. Esta medida promove a formalização, facilita a gestão contábil e tributária, e apoia o crescimento e a sustentabilidade dessas empresas, alinhando-se aos objetivos do Simples Nacional de incentivar o empreendedorismo e o desenvolvimento econômico. Ante o exposto, considerando as características gerais do objeto, bem como as condições gerais de execução contratual, não foi identificada a necessidade de exigência para apresentação de balanço patrimonial como requisito de habilitação, haja vista o risco de acarretar em restrições indevidas ao caráter competitivo do certame. Tal medida encontra-se em estrita conformidade com a com o inciso XXI do Art. 37 da Constituição Federal que estabelece que as exigências de qualificação técnica e econômica deverão ser aquelas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

13- CONCLUSÃO

13.1. Após realização do Estudo Técnico Preliminar – ETP certificou-se que a solução abordada é a mais adequada para contratação atender plenamente a necessidade que se destina, em face de suas características e peculiaridades identificadas durante a elaboração.

Reduto/MG, 21 de outubro de 2024.

_____

Mariza Aparecida Sotte Pimentel

Servidora Municipal

_____

Alexsandra Diniz Pereira

Servidora Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024
MINUTA CONTRATUAL
ANEXO II

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXX/20XX QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE REDUTO/MG E A EMPRESA XXXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE REDUTO, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrição no CNPJ 01.614.977/0001-61, com sede administrativa na Av. Fernando Maurílio Lopes, 12 – Reduto (MG), CEP 36.920-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Heraldo Leandro da Silva, portador da Cédula de Identidade MG-2.375.211, inscrito no CPF, sob o nº 501.575.666-68, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada áxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **CONTRATADA,** resolvem celebrar o presente contrato, em conformidade com o Processo Licitatório nº 051/2024, Pregão Eletrônico nº 030/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições pactuadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO VALOR

1.1. Constitui objeto do presente instrumento a **contratação de empresa para o fornecimento de material, escolar, pedagógico e de expediente em geral, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das secretarias e setores vinculados a Prefeitura Municipal de Reduto/MG.**

1.2. O objeto da contratação deverá seguir as especificações, quantitativos e valores delimitados através da planilha a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						
2.						
3.						
VALOR GLOBAL						

1.3. Integram este contrato, como se nele estivessem transcritos: o Termo de Referência, o Edital da Licitação e seus Anexos, a Proposta Comercial do Contratado e demais documentos apresentados durante a sessão pública, constantes nos autos do procedimento licitatório.

1.4. O presente instrumento perfaz um valor global de R$ xxxxx,xx (xxxxxxxxxxxxxxx), conforme detalhamento constante na planilha do item 1.2.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato oriundo do presente procedimento terá vigência de 12 (doze) meses.

2.2. O contrato poderá ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21 até o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que devidamente comprovada que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contrato ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA- DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

3.1. Os produtos deverão ser entregues em embalagem devidamente inviolada, em sua apresentação original, sem avarias, contendo todas as informações de fabricação exigidas pela legislação pertinente de forma visível e plenamente legível, com prazo de validade de no mínimo 90 (noventa) dias.
3.1.1. Todos os encargos e custos decorrentes da contratação correrão cargo do licitante vencedor, tais como transporte, tributos, dentre outros.

3.2. Os produtos deverão ser entregues nas condições estabelecidas no item 5.1, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados da emissão de Ordem de Fornecimento encaminhada pelo setor de compras do Município de Reduto/MG, acompanhado da Nota Fiscal correspondente.
3.2.1. Após a entrega os itens estarão sujeitos a aceitação e ao recebimento provisório e definitivo, através do fiscal e gestor do contrato respectivamente.
3.2.2. Somente o Fiscal do Contrato, poderá realizar o recebimento dos produtos, ressalvados os casos de indicação formal de fiscal de contrato substituto.
3.2.3. Nos casos de atraso na entrega dos produtos, os licitantes estarão sujeitos as sanções estabelecidas no instrumento convocatório e, em especial a multa por mora, conforme descrito no item 10.14 do respectivo instrumento.

3.3. Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Saúde, sediada no perímetro urbano do Município de Reduto/MG.
3.3.1. O horário de funcionamento para o recebimento dos produtos é de 08h00 às 17h00min.

3.4. O objeto será recebido provisoriamente pelo fiscal do contrato, com verificação posterior do atendimento às conformidades estabelecidas neste instrumento.

3.5. O objeto será recebido definitivamente pelo gestor ou comissão do contrato, mediante termo detalhado, que comprove o atendimento às exigências estabelecidas neste instrumento.

3.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver sendo executado em desconformidade com as exigências estabelecidas neste instrumento.

3.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil do licitante pela solidez e segurança da execução.

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

4.1. Caberá a fiscal do (s) contrato(s).

I - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face das suas características e especificações, em estrita conformidade com este instrumento;
II - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços em face dos quantitativos solicitados;
III - fiscalizar e atestar o recebimento provisório dos produtos ou serviços nos prazos e condições estabelecidas neste instrumento;
IV - auxiliar o gestor no contrato, subsidiando as informações pertinentes às suas competências;
V - anotar histórico de gerenciamento do contrato, contendo todas as ocorrências relacionadas à sua execução;
VI - emitir notificações sobre qualquer irregularidade encontrada na execução do contrato;
VII - rejeitar os produtos ou serviços entregues em desconformidade com este instrumento;
VIII - comunicar formalmente o gestor do contrato a respeito de qualquer ocorrência relacionada ao recebimento do objeto ou suas atribuições;

4.1.1. O fiscal de contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, entre elas:
I - Atraso injustificado na execução do cronograma ou entrega dos objetos;
II - entrega de produtos em desconformidade com as especificações constantes no instrumento convocatório ou quantitativo divergente do solicitado;
III - execução do objeto em desconformidade com este instrumento;
IV - descumprimento de cláusula contratual ou regra editalícia;
V - subcontratação indevida, sem autorização prévia ou fora dos limites legais;
VI - alteração nas condições da habilitação da licitante previstas no instrumento convocatório;
VII - quaisquer irregularidades, ilegalidades, atrasos, desvios de finalidades e condutas ilícitas detectadas e não citados anteriormente.

4.2. Caberá ao Gestor do(s) Contrato(s):
I - analisar a documentação que antecede a liquidação e ao pagamento;
II - analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
III - criar rotinas de verificação de valores, conforme a especificidade de cada objeto, para eventualmente propor reequilíbrios econômico-financeiros quando o valor praticado estiver em desconformidade com a prática de mercado;
IV - analisar eventuais solicitações de alterações contratuais, decidindo manifestadamente a respeito nos autos do procedimento;
V - acompanhar o desenvolvimento da execução através dos relatos apresentados pelo fiscal do contrato, bem como os demais documentos pertinentes;
VI - decidir, provisoriamente, pela suspensão da entrega de bens ou a realização dos serviços, manifestando a respeito nos autos do procedimento;
VII - solicitar e acompanhar processos administrativos sancionadores, na dosimetria descrita no instrumento convocatório, nos casos em que o objeto estiver sendo executado em desconformidade com as exigências;
VIII - alimentar o Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou equivalente com os dados referentes aos contratos administrativos;
IX - realizar o recebimento definitivo dos produtos ou serviços.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1. Na execução deste contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o **CONTRATADO** poderá subcontratar parcelas do objeto, desde que, autorizado formalmente pelo **CONTRATANTE.**
5.1.1. Na autorização, caso concedida, o **CONTRATANTE** deverá indicar o limite percentual do objeto ou a parcela que poderá ser subcontratada.
5.1.2. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontrato, quando cabível, que será avaliada e juntada aos autos do processo licitatório.
5.1.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. Após o recebimento definitivo realizado pelo gestor do contrato, a Nota Fiscal e os documentos pertinentes serão devidamente encaminhados para o responsável por sua liquidação e posteriormente para o setor responsável pelo pagamento.

6.2. O pagamento será efetuado pelo setor responsável, até 30 (trinta) dias após a liquidação da Nota Fiscal.
6.2.1. Para execução do pagamento o licitante deverá indicar na Nota Fiscal o número de sua conta, agência bancária, nome do banco e código da operação, bem como o número do pedido de execução encaminhado pelo setor responsável ou o número do empenho.
6.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
6.2.3. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária na conta indicada na Nota Fiscal, em nome do licitante.

6.3. Poderão ser descontados dos pagamentos devidos os valores para cobrir despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras despesas de responsabilidade do licitante.

6.4. O Município de poderá sustar todo e qualquer pagamento do preço ou suas parcelas de qualquer fatura apresentada pelo licitante caso verificadas uma ou mais das hipóteses abaixo e enquanto perdurar o ato ou fato sem direito a qualquer reajustamento complementar ou acréscimo, conforme enunciado:
I- A licitante deixe de acatar quaisquer determinações exaradas pelo órgão fiscalizador do Município;
II- Não cumprimento de obrigação assumida, hipótese em que o pagamento ficará retido até que a licitante atenda à cláusula infringida;
III- A licitante retarde indevidamente a execução do serviço ou paralise os mesmos por prazo que venha a prejudicar as atividades do Município.
IV- Débito da licitante para com o Município quer proveniente da execução deste instrumento, quer de obrigações de outros contratos.
V- Em qualquer das hipóteses previstas nos parágrafos acima, ou de infração as demais cláusulas e obrigações estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, até o dia 23/09/2025.
7.2.1. Após o interregno de um ano, a pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ou outro que venha substituí-lo, desde que previamente autorizado pela administração pública municipal, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. São obrigações do **CONTRATANTE:**
I- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
II- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
III- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
IV- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
V- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
VI- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
VII- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
VIII - Cientificar o órgão de assessoramento jurídico para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
IX- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado.
X- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações do **CONTRATADO**

I- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando;

II- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

III- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da para a execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

IV- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

V- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os objetos nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

VI- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

VII- Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

VIII- Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

IX- Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

X- Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XI- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, quando cabível (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XII- Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, quando cabível (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

XIII- Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIV- Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

XV- Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

XVI- Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos,

ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
XVII- Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
XVIII- Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
XIX - Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
XX - Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA NONA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
III - dar causa à inexecução total do contrato;
IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
XI – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
I- advertência;
II- multa;
III- impedimento de licitar e contratar e
IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
9.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.
9.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.2.3. A aplicação das sanções não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
9.2.4. Na aplicação da sanção prevista no inciso II, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
9.2.5. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstancias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
9.2.5.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
9.2.5.2. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
I- a natureza e a gravidade da infração cometida.
II- as peculiaridades do caso concreto
III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes
IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública
V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A sanção administrativa de advertência, inciso I do item 9.2, será aplicada exclusivamente pela infração que der causa à inexecução parcial do contrato, inciso I do item 10.1, quando não se justificar imposição de penalidade mais grave.

9.5. A sanção administrativa de multa, inciso II do item 9.2, será aplicada, ao responsável por qualquer das infrações previstas no item 9.1. deste instrumento, não podendo ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.
9.5.1. A multa será calculada pelo gestor do contrato que deverá observar para sua aplicação o disposto no item 9.3.

9.6. A sanção prevista no inciso III do item 9.2, impedimento de licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 9.1 deste instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme a gravidade da infração.

9.7. A sanção prevista no inciso IV do item 9.2, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, X, X, XI e XII do item 9.1., bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do referido item que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 9.6 deste instrumento, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
9.7.1. A sanção administrativa prevista no inciso IV do item 9.2 será precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do secretário municipal responsável.

9.8. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão.

9.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.12. No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o município deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.13. Todas as intimações serão realizadas através do endereço de e-mail informado pelo licitante em seu cadastro, não será aceita, em nenhuma hipótese, a justificativa do não recebimento das intimações realizadas através deste canal.
9.13.1. Caso o licitante não confirme o recebimento das intimações no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a administração o convocará por publicação no Diário Oficial adotado pelo órgão.

9.14. Além das sanções previstas no item 9.2, o licitante estará sujeito a multa de mora pelo atraso injustificado na execução do contrato.
9.14.1. Após o decurso do prazo de execução, quando as obrigações não estiverem sanadas, o fiscal do contrato emitirá uma advertência sobre o atraso injustificado, o contratado terá o prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para justificar a inexecução, resultando nas seguintes hipóteses:
I – Caso a justificativa para o atraso na execução seja acatada pela administração, esta deverá disponibilizar prazo exíguo para o saneamento e regularização da execução;
II – Caso a justificativa não seja aceita pela administração ou o contratado não a apresente no prazo determinado, este estará sujeito a multa de 2% (dois por cento) do valor integral do contrato por dia de atraso na execução, até o limite máximo de 30% (trinta por cento), atingido este limite a administração poderá converte-la em compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada das outras sanções previstas neste instrumento convocatório.
9.14.2. Será utilizado como parâmetro de cálculo o valor das respectivas parcelas em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:
I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
VI - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
VII - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.
VIII – atraso injustificado na execução do objeto, após esgotadas as medidas cabíveis estabelecidas no item 9.16.;

10.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
10.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
10.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
10.2.3. Indenizações e multas.

10.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA INDICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes desta contratação correrão conta da seguinte dotação orçamentária: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

12.1. Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE,** segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais atos normativos pertinentes e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor, além das normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

13.1. Este contrato poderá ser alterado conforme disposições contidas no Art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2. O **CONTRATADO** se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos limites estabelecidos pela Lei Federal nº14.133/21.

13.3. Os preços contratados serão alterados, para mais ou para menos, conforme o caso, se houver, após a data da apresentação da proposta, criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços contratados.

13.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:

I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;

II - atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;

III - alterações na razão ou na denominação social do contratado;

IV - empenho de dotações orçamentárias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

14.1. Este contrato e os eventuais termos aditivos decorrentes, deverão ser divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, como condição indispensável para sua eficácia no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

15.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Manhuaçu/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Reduto/MG, xx de xxxxxx de 2024.

_____

MUNICIPIO DE REDUTO/MG

Heraldo Leandro da Silva – Prefeito Municipal

CONTRATANTE

_____

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CONTRATADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ANEXO III

O MUNICÍPIO DE REDUTO, Estado de Minas Gerais, pessoa jurídica de direito público interno, inscrição no CNPJ 01.614.977/0001-61, com sede administrativa na Av. Fernando Maurílio Lopes, 12 – Reduto (MG), CEP 36.920-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Heraldo Leandro da Silva, portador da Cédula de Identidade MG-2.375.211, inscrito no CPF, sob o nº 501.575.666-68, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa xxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, sediada á xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) xxxxxxxxxxxxxxxx, portador(a) da CI/RG nº xxxxxxxxx e inscrito(a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominado **DETENTOR DOS PREÇOS REGISTRADOS,** resolvem celebrar a presenta Ata de Registro de Preços, em conformidade com o Processo Licitatório nº 051/2024, Pregão Eletrônico nº 030/2024, sob a regência da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e condições pactuadas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

1.1. Constitui objeto do presente instrumento o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material, escolar, pedagógico e de expediente em geral, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores vinculados a Prefeitura Municipal de Reduto/MG.**

1.2. Ficam registrados para o fornecedor qualificado no preâmbulo os seguintes itens e seus respectivos preços:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						
2.						
3.						
VALOR GLOBAL						

1.3. Integram este instrumento, como se nele estivessem transcritos: o Termo de Referência, o Edital da Licitação e seus Anexos, a Proposta Comercial do Contratado e demais documentos apresentados durante a sessão pública, constantes nos autos do procedimento licitatório.

1.4. É vedada a realização de acréscimos nos quantitativos constantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços registrados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, nas seguintes situações:
I- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequência incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termo do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21; ou
II- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
3.2.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
3.2.2. Na hipótese prevista no item 3.2.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.
3.2.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

3.3. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
3.3.1. O fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
3.3.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, na legislação aplicável e no instrumento convocatório.
3.3.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.
3.3.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
3.3.5. Na hipótese de comprovação, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO

4.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador, quando:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, ou
IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. Na hipótese prevista no inciso IV, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
4.1.2. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
4.1.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

4.2. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações.

CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação com o DETENTOR DOS PREÇOS REGISTRADOS será formalizada através de instrumento contratual, conforme minuta estabelecida no instrumento convocatório.

5.2. Nas compras com entrega imediata e integral dos produtos que não resultem em obrigações futuras, o instrumento contratual poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa ou autorização de compra.
5.2.1. Nos casos de substituição do instrumento contratual, os outros instrumentos hábeis terão as mesmas condições e obrigações estabelecidas na minuta contratual, independentemente de sua transcrição.

5.3. Os contratos decorrentes desta ata poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.1. Poderá ser realizada a formação do cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de execução do objeto pelo licitante adjudicatário, desde que os licitantes aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor.

6.2. Será respeitada, na convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços e eventuais contratações, a ordem de classificação dos licitantes registrados.

6.3. A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reservas somente será efetuada quando houver necessidade de convocação dos licitantes remanescentes, nos casos em que o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições

estabelecidas no instrumento convocatório ou quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na respectiva ata.
6.3.1. O licitante será convocado para apresentação dos documentos de habilitação e deverá encaminhá-los no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito de classificação.

6.4. A lista contendo os licitantes que compõem o cadastro de reserva, a ordem de classificação e os preços registrados constarão em anexo desta ata de registro de preços.

6.5. Durante eventual convocação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será considerado o quantitativo remanescente da ata de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

7.1. O DETENTOR DOS PREÇOS REGISTRADOS se encontra estritamente vinculado às disposições, regras, obrigações, sanções e condições estabelecidas no instrumento convocatório, termo de referência, minuta contratual e demais anexos do Processo Licitatório originário.
7.1.1. Não será admitida em nenhuma hipótese a alegação de desconhecimento dos termos estabelecidos e pactuados que estejam previstos nos respectivos instrumentos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Este instrumento implicará compromisso de execução das condições estabelecidas, porém não obriga o Município a contratar com o detentor dos preços registrados.

8.2. É vedada a participação do órgão em mais de uma Ata de Registro de Preços com o mesmo objeto, durante o seu respectivo período de vigência.

8.3. Esta Ata de Registro de Preços não poderá ser utilizada por órgãos não participantes.

8.4. Os casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21 e demais atos normativos pertinentes e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

9.1. Este instrumento, deverá ser divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no foro da comarca de Manhuaçu/MG, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Reduto/MG, xx de xxxxxx de 2024.

_____

MUNICIPIO DE REDUTO/MG
Heraldo Leandro da Silva – Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

_____
xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Fornecedor/Detentor dos preços registrados

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024
CADASTRO DE RESERVAS

Compõem o cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de execução do objeto pelo licitante adjudicatário correspondente ao Processo Licitatório nº 051/2024, Pregão Eletrônico nº 030/2024, cujo objeto é o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material, escolar, pedagógico e de expediente em geral, conforme especificações constantes no Termo de Referência, em atendimento as necessidades das Secretarias e Setores vinculados a Prefeitura Municipal de Reduto/MG**, os seguintes fornecedores:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR
01			
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	CNPJ	
2º			
3º			
4º			

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR
02			
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	CNPJ	
2º			
3º			
4º			

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR
03			
ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	LICITANTES	CNPJ	
2º			
3º			
4º			

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2024
MODELO DE DECLARAÇÃO PARA CADASTRO DE RESERVA
ANEXO IV

A empresa xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, através de seu representante legal Sr.(a) xxxxxxxxxxxx, portador do RG nº xxxxxxx, inscrito (a) no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, **DECLARA** nos termos do Processo Licitatório nº 051/2024, a intenção de compor o cadastro de reservas da(s) Ata(s) de Registro de Preços originárias do respectivo procedimento, reconhecendo que:

I- para eventuais convocações será considerada a ordem de classificação da empresa durante a fase de lances do(s) item (ns),
II – deverá encaminhar a declaração no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas para o e-mail licitacao@reduto.mg.gov.br ;
III- somente serão considerados os valores idênticos aos dos licitantes vencedores e que, qualquer item proposto com valores distintos, superiores ou inferiores, serão desconsiderados;
IV- em eventual convocação será solicitada a apresentação dos documentos de habilitação previstos no instrumento convocatório no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Informamos ao município que a intenção e compor o cadastro de reserva se deu em face dos itens descritos a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	VALOR UNITÁRIO (Idêntico ao licitante vencedor)

Xxxxxxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxxxx de 20xx

_____
Representante Legal
Empresa